

Revista Adventista

Especial Ministerial

Revista Mensal · Ano 78 · Nº 846 · €1,90



A Sua Igreja Adventista do Sétimo Dia

05 A IGREJA
Porquê e para quê?

09 O ESPÍRITO DE 1863
O que podemos aprender com ele?

13 ORGANIZAÇÃO DA IGREJA
ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA
Conheça-a melhor!

"EIS QUE CEDO VENHO"

A nossa missão é realçar Jesus Cristo usando artigos e ilustrações para demonstrar o Seu amor sem igual, dar as boas-novas do Seu trabalho presente, ajudar outros a conhecê-LO melhor e manter a esperança da Sua breve vinda.

DIRETOR

António Amorim

Diretor de Redação

Lara Figueiredo

Coordenador Editorial

Paulo Lima

E-mail revista.adventista@pservir.pt

Colaboradores de Redação

Manuel Ferro

Projeto Gráfico

Sara Calado

Diagramação

Rita Mendes

PROPRIETÁRIA E EDITORA

Publicadora SerVir, S. A.

Diretor Artur Guimarães

Sede e Administração

Rua da Serra, nº 1 – Sabugo 2715-398 Almagem do Bispo Tel.: 21 962 62 00 Fax: 21 962 62 01

Controlo de Assinantes Paulo Santos

E-mail: assinaturas@pservir.pt Tel.: 21 962 62 19

Impressão e Acabamento MDI – Design e Impressão

V. N. Famalicão

Tiragem 400 exemplares

Depósito Legal Nº 1834/83

Preço Número Avulso €1,90

Assinatura Anual €19,00

Isento de Inscrição no E. R. C. – DR 8/99 artº 12º Nº 1a
ISSN 1646-1886

Ilustrações da revista © Adobe Stock

São bem-vindos todos os manuscritos, solicitados ou não, cujo conteúdo esteja de acordo com a orientação editorial da revista. Todos os artigos devem incluir o nome e a morada do autor bem como o contacto telefónico. Não se devolvem originais, mesmo não publicados.

Não é permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta revista, ou a sua cópia transmitida, transcrita, armazenada num sistema de recuperação, ou traduzida para qualquer linguagem humana ou de computador, sob qualquer forma ou por qualquer meio, eletrónico, manual, fotocópia ou outro, ou divulgado a terceiros, sem autorização prévia por escrito dos editores.



A Revista Adventista, Órgão da Igreja Adventista do Sétimo Dia em Portugal, é publicada mensalmente pela União Portuguesa dos Adventistas do Sétimo Dia desde 1940 e editada pela Publicadora SerVir, S. A..



TEOLOGIA

05

A Igreja – Porquê e para Quê?

É meu privilégio, e seu, pertencer a esta Igreja e colaborar nesta obra de consequências eternas.

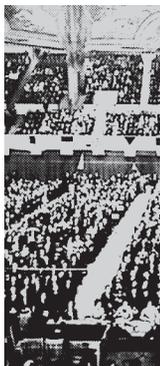


HERANÇA ADVENTISTA

09

O Espírito de 1863

Hoje podemos aprender algumas lições e obter inspiração, considerando alguns aspetos da primeira Assembleia da Conferência Geral, realizada há 154 anos.



ENTREVISTA

13

A organização da Igreja Adventista do Sétimo Dia

Entrevista ao Pastor Carlos Puyol. Saiba mais sobre a sua Igreja.

04 MEMBRO DE CRISTO EDITORIAL

20 A VERDADEIRA IGREJA DE DEUS – A MULHER DE APOCALIPSE 12 › BIBLIA

Existem atualmente muitas dezenas de Igrejas cristãs diferentes. Como podemos saber qual delas é realmente a verdadeira Igreja de Cristo?

28 A VERDADEIRA IGREJA DE DEUS – O REMANESCENTE DE APOCALIPSE 12 › BIBLIA

A Igreja Adventista do Sétimo Dia é a verdadeira Igreja cristã do nosso tempo.





Membro de Cristo

Querido irmão, querida irmã, parabéns pela sua decisão de seguir Jesus Cristo como discípulo, aceitando-O como Senhor e Salvador, e aceitando a Sua Missão. Bem-vindo, bem-vinda à Igreja de Jesus Cristo. A Igreja Adventista do Sétimo Dia exulta de alegria em recebê-lo/a na sua comunhão.

A Palavra de Deus apresenta a Igreja através de várias metáforas que fazem apelo à noção de comunhão. Em I Coríntios 12:12, 27 e 28, a Igreja é apresentada como “corpo”. Cada um dos membros, unidos uns aos outros, formam o corpo do qual Jesus Cristo é a cabeça. Jesus afirma que é Ele Quem escolhe cada discípulo para Lhe pertencer (João 15:16). Foi Jesus Cristo, através do Espírito Santo, a atuar na sua mente, que o/a convenceu da verdade bíblica e suscitou em si o desejo de Lhe entregar a sua vida. O querido irmão, a querida irmã, sendo livre de escolha, escolheu bem ao decidir batizar-se para selar esta aliança de pertença a Deus através de Cristo. Que privilégio! Escolhido/a por Deus para pertencer-Lhe, estando unido a Ele, no Seu corpo; a Igreja. O desenvolvimento de um relacionamento diário com Cristo através da oração, da meditação das Escrituras e da entrega a Deus é o caminho para “permanecer em

Cristo” e produzir o fruto dessa comunhão (João 15:4, 5).

Todos são necessários e importantes nesse corpo de Igreja. Cada membro tem funções específicas no corpo, mas partilha a vocação universal de permanecer ligado ao todo e ser coordenado pela cabeça. Assim é quanto à Igreja. Desde a sua entrada no corpo, Jesus opera em si para ser Seu colaborador na Sua obra missionária e evangélica. Desde já, a sua colaboração na Igreja é importante. A sua participação nos serviços da Igreja, além de contribuir para o fortalecimento da sua fé, encoraja outros membros na sua participação ativa. Essas reuniões de Igreja permitem-lhe reunir-se com outros irmãos e irmãs, membros da família de Deus, para orarem juntos nas reuniões de oração; adorarem nos cultos; ser instruído/a no conhecimento da Bíblia e na vivência do estilo de vida cristão através dos diferentes seminários e programas de evangelismo, família, saúde, etc.. Ligado/a a Cristo, permanece ativamente ligado/a ao seu corpo, a Igreja. O Espírito Santo irá capacitá-lo/a e orientá-lo/a, para se envolver no serviço da Igreja através dos dons espirituais que Lhe dá, talentos, influência e outros recursos.

A comunhão com Cristo e a Sua Igreja exprimem-se no testemunho de uma vida com Deus ao

serviço do próximo. Em Mateus, capítulo 28:18-20, Jesus dá a missão universal a todos os Seus discípulos, para irem ao encontro de outros, e levá-los ao conhecimento de Cristo e da Sua Palavra, para se tornarem também Seus discípulos. O exemplo da forma como os primeiros discípulos vieram a Jesus (João 1:35-51) indica-nos os principais campos de ação para testemunhar de Jesus: amigos, família e vizinhos, até chegar a outros que Deus colocará no nosso caminho.

Jesus, que tem todo o poder e toda a autoridade, é Quem chama, comissiona, dá oportunidades e capacita os Seus discípulos. Como o apóstolo Paulo testemunhava, considere-se agora um com Cristo (Gálatas 2:20). As suas mãos são agora as mãos de Cristo. A sua boca é agora a boca de Cristo. Cristo vive em si. É esta comunhão que Lhe dá a salvação (I João 5:11 e 12). Continue ligado/a a Cristo, ligado/a ao Seu Corpo, envolvido/a na Sua Missão. Que o nome de Deus seja honrado e glorificado. “Celebrai com júbilo ao Senhor... servi ao Senhor com alegria. Sabei que o Senhor é Deus; foi ele quem nos fez e dele somos; somos o seu povo e rebanho do seu pastoreio. Entrai nas suas portas com ações de graças...” (Salmo 100). ✨

Pr. António Amorim
Presidente da UPASD.



A Igreja

Porquê e para quê?

Há algum tempo, ao falar com um amigo não-Adventista, convidei-o a visitar a nossa Igreja e a participar dos serviços religiosos de Sábado. Com alguma ironia, ele respondeu: “Eu? Ir à tua Igreja? Para quê? Afinal, o que é que a tua Igreja tem de diferente, em relação às outras? O que é que vocês fazem, que os outros não façam? As Igrejas fecham-se na sua ‘torre de marfim’ e esquecem-se das realidades que nós, seres humanos, enfrentamos.”

Fiquei perplexo. A sua resposta ao meu convite fez-me pensar seriamente nalgumas questões que ainda não tinham aflorado o meu espírito. E dei por mim a pensar se, na realidade, a Igreja teria outra finalidade, outra razão de ser que não apenas a de “espalhar a verdade” e de apressar a volta de Cristo.

É evidente que a Igreja tem uma missão a realizar neste mundo. Foi

o próprio Jesus que a entregou aos Seus discípulos e encontra-se resumida em Mateus 28:18-20: “E, chegando-se Jesus, falou-lhes, dizendo: É-me dado todo o poder no céu e na terra. Portanto, ide [ou, fazei discípulos], ensinais todas as nações, batizando-as em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-as a guardar todas as coisas que eu vos tenho mandado; e eis que eu estou convosco todos os dias, até à consumação dos séculos. Amém!”

Afinal, o que está envolvido nesta missão salvadora? Certamente não se trata de salvar apenas o espírito do Homem. A Palavra de Deus não ensina e nós não cremos na dicotomia platônica, em que o espírito, entidade superior, estaria prisioneiro no corpo, entidade inferior, e que o corpo devia ser destruído para libertar o espírito. O texto diz-nos que devemos apelar às faculdades intelectuais daqueles que nos rodeiam, mas também menciona que deve haver uma prática, uma vida diária baseada nos ensinamentos e no exemplo de Jesus.

É aí que a nossa Igreja faz a diferença! Porque, seguindo o exemplo de Jesus, ela não se limita apenas a pregar e a ensinar verdades espirituais, mas procura também tocar a vida daqueles que com ela contactam nos aspectos sociais, educacionais, de saúde e familiares.

O que é a Igreja?

A palavra “igreja” vem de um termo grego (*ekklesia*) derivado do verbo *kaleo* (“chamar”) com o prefixo *ek* (“para fora de”). Assim sendo, a *ekklesia* será o grupo de pessoas chamadas a sair de um grupo ou de um lugar para outro. É isso que Pedro diz em I Pedro 2:9 e 10: “Mas vós sois a geração eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo adquirido, para que anunciéis as

virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz; vós que, em outro tempo, não éreis povo, mas, agora, sois povo de Deus; que não tínheis alcançado misericórdia, mas, agora, alcançastes misericórdia.”

Portanto, a Igreja não é, primariamente, um edifício, um prédio. É um grupo de pessoas que aceitou um chamado de Deus para sair de uma situação de rebeldia e de afastamento de Deus e que agora aceita entrar numa outra realidade – a realidade da família de Deus. Assim, a Igreja passou a ser a comunidade onde os crentes se congregavam (Atos 2:41-47), onde partilhavam as suas experiências, onde viviam o seu dia-a-dia e onde recebiam o apoio dos irmãos. Havia uma perfeita comunhão entre todos e tudo era posto em comum para suprir as necessidades dos mais vulneráveis. Por associação de ideias, passou a chamar-se igreja ao local onde essas comunidades de crentes se reuniam.

O corpo de Cristo

O apóstolo Paulo também define a Igreja como sendo “o corpo de Cristo” (Efé. 1:22 e 23; 5:30) e os crentes são membros desse corpo, sendo Cristo a cabeça. Ora, isto não significa, apenas, que pertencemos a uma instituição ou a uma comunidade, mas que, como “corpo de Cristo”, devemos revelar, de forma visível e prática, o exemplo e os ensinamentos de Jesus.

Na verdade, era isso que Cristo queria dizer, quando, em Mateus 5:13 e 14, Se refere aos crentes como sendo “o sal da terra” e “a luz do mundo”. A Igreja, a comunidade de crentes, existe com o propósito de se misturar, de se envolver na sociedade, e de ser um instrumento de mudança, de transformação, de elevação, de estabilização e de equilíbrio.

A IGREJA É UM GRUPO DE PESSOAS QUE ACEITOU UM CHAMADO DE DEUS PARA SAIR DE UMA SITUAÇÃO DE REBELDIA E DE AFASTAMENTO DE DEUS E QUE AGORA ACEITA ENTRAR NUMA OUTRA REALIDADE – A REALIDADE DA FAMÍLIA DE DEUS.

Claro que essa ação passa pela pregação das verdades espirituais presentes na Palavra de Deus, mas não só.

Quando Jesus palmilhava os caminhos poeirentos da Galileia, Ele não Se limitava a pregar. Aliás, há muito poucas pregações de Jesus registadas na Bíblia. Muito mais do que pregar uma verdade teórica e teológica, Jesus preocupava-Se com as pessoas, com as suas necessidades, espirituais, sem dúvida, mas também físicas, emocionais, sociais.

Como diz uma declaração bem conhecida da irmã Ellen G. White, “só os métodos de Cristo darão verdadeiro êxito ao aproximarmos-nos do povo. O Salvador misturava-Se com os homens como Alguém que desejava o seu bem. Manifestava simpatia por eles, ajudava-os nas suas necessidades e ganhava a sua confiança. Depois ordenava-lhes: Segue-me” (*A Ciência do Bom Viver*, p. 94, ed. P. SerVir).

É por isso que vemos Jesus curar leprosos, libertar endemoninhados, ressuscitar mortos, restaurar a vista a cegos, curar paralíticos; repor o equilíbrio na sociedade, aceitando partilhar tempo e espaço com cobradores de impostos, com fariseus, com príncipes, com humildes trabalhadores rurais; vemo-l' O devolver às pessoas o seu amor-próprio, o seu valor como filhas e filhos de Deus, como nos casos da mulher samaritana, da mulher apanhada em adultério ou de Zaqueu.

É por isso que vemos Jesus sofrer com os que sofriam, chorar com os que choravam, alegrar-Se com os que estavam felizes e participar nas suas festas e solenidades.

É por isso que vemos Jesus perdoar pecados e convidar aqueles que se aproximavam d'Ele para uma nova vida, onde o pecado e as suas consequências seriam os vencidos.

Tudo isto sem nunca perder de vista a Sua identidade e a Sua missão: “o Filho do homem veio

buscar e salvar o que se havia perdido” (Lucas 19:10).

O hospital

De certa forma, a visão que Jesus tinha da missão da Igreja pode ser resumida na parábola do Bom Samaritano. Nesta história, Jesus compara a atitude de um verdadeiro crente, embora forasteiro e marginalizado, com a de dois “religiosos” profissionais, em face de uma situação de necessidade urgente. Enquanto os dois “profissionais da religião”, insensíveis à dor e ao sofrimento do ferido, se afastaram e se mostraram ausentes, o Samaritano agiu segundo os ditames do amor e da compaixão, levando o seu gesto ao ponto de entregar o ferido aos cuidados de um estalajadeiro e de se preocupar com os cuidados de que esse ferido necessitava, pagando por eles.

Vemos aqui a igreja (leia-se, a comunidade de crentes) em ação, quer no gesto do Samaritano, quer no cuidado do estalajadeiro.

Na verdade, a Igreja pode ser comparada não a um clube de santos, mas a um hospital, onde os feridos da vida e da sociedade encontram amor, compaixão, apoio e salvação.

A Igreja está a seguir os passos de Jesus, no seu envolvimento social, ao procurar ajudar, curar, ensinar, valorizar os seres humanos sofredores e marcados pelo pecado.

Na visão de Jesus, a Igreja não é elitista, nem sectária. É uma casa de abrigo para todos aqueles que buscam o amor e a compaixão de Deus, sejam eles ricos ou pobres, velhos ou jovens, de qualquer etnia, de todas as posições sociais e sem distinção de cor. Deus não faz aceção de pessoas e a Sua Igreja também não a pode fazer.

A Igreja hoje

A missão da Igreja hoje não é diferente daquela que lhe foi entregue no seu início, mas é muito mais ampla. Para atender ao chamado para servir um mundo



 ADRA
PORTUGAL



Associação Internacional
para a Defesa da Liberdade Religiosa

Desde 1946 a defender e promover a Liberdade Religiosa



superlotado, assolado por terríveis catástrofes, onde imperam a injustiça, o crime, a miséria, a imoralidade, a Igreja desenvolveu uma obra de apoio social a que chamamos Assistência Social Adventista e criou uma estrutura de apoio internacional (ADRA) que intervêm sempre que as necessidades sociais e humanas o exigem, para aliviar o sofrimento e responder ao apelo dos famintos e marginalizados.

Esse chamado a servir envolve também o cuidado pela educação e pelo desenvolvimento das crianças e dos jovens. Para responder a essa necessidade, a Igreja criou uma rede mundial de educação, que hoje vai do ensino pré-primário até ao nível universitário. No aspeto dos cuidados de saúde, a Igreja opera uma rede mundial de hospitais, clínicas, dispensários, onde se promove o conhecimento dos meios de cura e um estilo de vida saudável.

Para levar ainda mais longe, e com maior profundidade, todo o conhecimento que Deus nos concedeu acerca do plano de restauração por Ele preparado, e que

envolve todos os aspetos do ser humano – físico, mental, social e espiritual –, a Igreja criou uma rede mundial de casas editoras, onde milhares de publicações são preparadas e, depois, distribuídas por irmãos e irmãs que dedicaram a sua vida a esse trabalho, colocando nas mãos das pessoas as bases para uma vida melhor, para uma vida plena.

Preocupada, como Jesus estava, com a liberdade humana e com o direito que cada ser humano tem de escolher, em consciência, o rumo da sua vida espiritual, a Igreja criou um serviço de Defesa da Liberdade Religiosa, que procura intervir onde e quando esse direito fundamental do ser humano é posto em causa, seja nas escolas, seja no trabalho, seja a nível nacional ou internacional. E esse serviço de apoio e defesa da liberdade de consciência é exercido em favor de toda e qualquer pessoa, sem distinção de nacionalidade, de cor, de etnia ou de credo.

Extraordinário, não é? Deus suscitou um movimento que seria um instrumento de restauração e de resgate, ao levar, de

forma prática, visível, palpável, o amor de Deus a todos aqueles que dele necessitam, ou seja, a todo o mundo.

Esse movimento deveria ser um instrumento poderoso de ação em favor da Humanidade, e Deus deseja que cada um daqueles que dele faz parte seja um representante Seu, fazendo aquilo que Jesus faria, se estivesse presente. Deus realmente espera que sejamos, nesta Terra, os Seus olhos, para vermos o ser humano como Jesus via; as Suas mãos, para ajudarmos como Jesus ajudava; os Seus pés, para irmos ao encontro dos necessitados, como Jesus ia; o Seu coração, para amarmos, como Jesus amava; a Sua boca, para falarmos as palavras de ânimo e de restauração que Jesus pronunciava.

É fazendo isso que seremos parte do “corpo de Cristo”.

E é meu privilégio, e seu, pertencer a esse corpo, a esse movimento, e colaborar nessa obra de consequências eternas! ✨

Manuel Ferro
Pastor.

O espírito de 1863

– A primeira Assembleia da Conferência Geral



Os Adventistas do Sétimo Dia sempre foram buscar inspiração aos feitos e ditos dos seus pioneiros. Ainda hoje podemos aprender algumas lições e obter inspiração, considerando alguns aspetos da primeira Assembleia da Conferência Geral, realizada há 154 anos, quando os líderes Adventistas do Sétimo Dia se reuniram em Battle Creek, Michigan, em maio de 1863. A designação “líderes Adventistas do Sétimo Dia” parece muito simples. Entretanto, ela não podia ser utilizada 32 meses antes, pois só no dia 1 de outubro de 1860, numa reunião anterior, em Battle Creek, é que o grupo de Sabatistas concordara em adotar o nome “Adventistas do Sétimo Dia”.¹

Na reunião de 1860, foram necessários quatro dias de debate para se chegar ao consenso de que o povo de Deus não estaria a voltar para “Babilónia”, caso organizasse formalmente as suas igrejas e adotasse um nome comum. Mas os Adventistas do Sétimo Dia não queriam ir além deste primeiro passo. A perspectiva de ter alguma organização acima da congregação local era inaceitável para eles.

As Associações e a Conferência Geral

No entanto, é curioso que, em dois anos e meio, os Adventistas do Sétimo Dia residentes no Michigan, no Iowa, em Vermont, no Wisconsin, em Illinois, no Minnesota e em Nova Iorque organizaram sete instituições administrativas que reuniam as igrejas destes Estados, instituições a que chamaram “Associações”. Depois desta ação, muitos Adventistas ficaram perturbados com o facto de haver agora não uma, mas sete “denominações” Adventistas do Sétimo Dia. Portanto, em março de 1863, James White, o líder não oficial (mas incontestável) dos Adventistas do Sétimo Dia publicou, na *Advent Review and Sabbath Herald*, o jornal que unia os crentes dispersos,



um apelo para a criação de uma “Conferência Geral”.

O termo “Conferência Geral” fora usado pelos Milleritas no início da década de 1840; de facto, Joseph Bates tinha sido presidente dessa Conferência. Na década de 1850, os Adventistas sabatistas usavam o termo para designar as reuniões abertas a todos os adeptos das doutrinas distintas dos Sabatistas. Em 1860, várias denominações protestantes nos Estados Unidos da América usavam o termo “Conferência” para se referirem a uma associação permanente de igrejas locais. Além disso, os Menonitas, os Batistas e os Metodistas usavam o termo “Conferência Geral” para se referirem ao conjunto das Associações locais. Os Adventistas do Sétimo Dia, muitos deles antigos membros das Igrejas Batista e Metodista, tinham conhecimento deste uso.

Mesmo assim, o anúncio feito por James White, na edição de 10 de março de 1863 da *Review*, poderia ter dado a alguns Batistas e Metodistas a impressão de ser apenas um convite para mais uma reunião geral, embora esse anúncio sugerisse assuntos importantes de interesse comum

para serem discutidos. Ele escreveu: “Recomendamos que a reunião da Conferência Geral seja realizada em conjunto com a reunião da Associação do Estado do Michigan, em Battle Creek, e que tal reunião seja convocada assim que possível. [...] Supomos que os irmãos dos outros Estados e do Canadá terão prazer em enviar à Conferência Geral tanto delegados, como cartas, contendo as suas opiniões quanto à melhor forma de agir e também as suas solicitações à Conferência Geral.”² James White sugeriu que o fim de maio seria o melhor momento para a realização da Assembleia.

O primeiro dia da Assembleia

O dia marcado para o início da Assembleia da Conferência Geral foi quarta-feira, 20 de maio de 1863, quando vinte líderes do embrionário movimento Adventista do Sétimo Dia se reuniram em Battle Creek. Alguns só conseguiram chegar ao longo do dia, pelo que a reunião só pôde ter início às 18 horas.

Havia dezoito delegados enviados por cinco das seis Associações estaduais existentes: Michigan, Nova Iorque, Illinois/Wisconsin, Minnesota e Iowa. A Associação de Vermont (que incluía as igrejas do Quebeque) não enviou delegados a Battle Creek, mas foram enviados dois delegados das igrejas do Ohio, cuja Associação ainda não estava organizada. Estavam presentes também vários membros da igreja de Battle Creek, que não eram delegados oficiais da Associação do Michigan, mas tinham interesse em acompanhar os trabalhos. Todos os delegados oficiais eram homens, embora pelo menos uma mulher, Ellen G. White, estivesse entre os observadores. Dois delegados oficiais eram membros leigos, sem credencial ministerial.

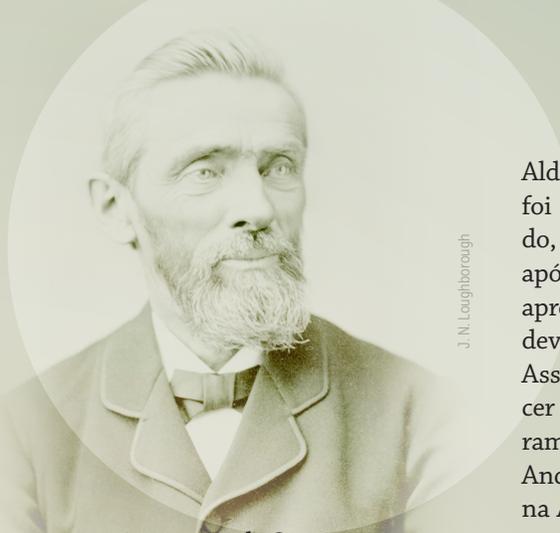
O primeiro procedimento dos vinte delegados foi eleger um presidente e um secretário interinos. Nomearam Jotham M. Aldrich como presidente e Uriah Smith como secretário. Aldrich tinha 35 anos e tinha-se convertido em 1860; Smith, com apenas 31 anos, não era delegado. Era somente um dos observadores. Estes dois factos dizem-nos muito sobre os fundadores da Igreja. Muitos deles eram jovens e não eram arrogantes nem orgulhosos. Onde havia talento, este era usado para espalhar a terceira mensagem angélica.

Após eleger o presidente e o secretário, os delegados e observadores cantaram o Hino *Long Upon the Mountains*, composto por Annie R. Smith, e incluído no hinário publicado por James White em 1861 (uma edição revista do hinário publicado por ele em 1849). Em seguida, John N. Loughborough, do Michigan, Charles O. Taylor, de Nova Iorque, e Isaac Sanborn, do Wisconsin, foram escolhidos para a comissão que verificaria as credenciais dos delegados. Isto diz-nos algo sobre os homens que fundaram a Conferência Geral: Eles gostavam de cantar hinos e reconheciam a importância de existirem comissões e procedimentos administrativos adequados. Vê-se assim que algumas das características da nossa Igreja remontam às nossas origens!

Os delegados apresentaram as suas credenciais para aprovação. Logo que a primeira comissão da Conferência Geral terminou o seu trabalho (não foi necessário muito tempo para conferir apenas vinte credenciais), a Assembleia foi suspensa até à manhã seguinte.

Estabelecimento da Conferência Geral

A manhã do dia seguinte, quinta-feira, 21 de maio de 1863, foi



J. N. Loughborough

muito especial. O primeiro passo foi selecionar oito homens para se proceder à elaboração de estatutos. Foram designados Sanborn, do Wisconsin; Loughborough e Joseph H. Waggoner, do Michigan; John N. Andrews e Nathan Fuller, de Nova Iorque; B. F. Snook, do Iowa; Washington Morse, do Minnesota; e H. F. Baker, do Ohio.

O grupo apresentou o seu relatório em tão pouco tempo que há razão para crer que eles devem ter feito algum trabalho preliminar antes da Assembleia. O estatuto foi aprovado por unanimidade. Assim, a Conferência Geral dos Adventistas do Sétimo Dia estava formalmente fundada. Mais do que uma mera reunião periódica, a Conferência Geral seria uma instituição permanente, com assembleias anuais, com um estatuto, três líderes (um presidente, um secretário e um tesoureiro) e uma comissão executiva.

As eleições foram então realizadas. John Byington foi eleito presidente, Eli Walker (membro da igreja de Battle Creek, que não era delegado) foi eleito tesoureiro e Uriah Smith foi eleito secretário. George Amadon, do Michigan, e John Andrews foram eleitos como membros da comissão executiva, juntando-se a Byington. Foi então formada uma comissão para elaborar os estatutos-modelo para todas as Associações estaduais. Ela incluía J. N. Loughborough, I. Sanborn, W. H. Brinkerhoff, J. M.

Aldrich e W. Morse. A Assembleia foi suspensa até à noite de sábado, 23 de maio. Passado o sábado, após o pôr do Sol, os delegados aprovaram o estatuto-modelo (que deveria ser adotado por todas as Associações que quisessem pertencer à Conferência Geral) e formaram outra comissão (com White, Andrews e Smith) para apresentar, na Assembleia de 1864, as diretrizes que as igrejas locais deveriam seguir, quando organizadas.

Assim foi concluída a Assembleia de 1863. Considerando que foram necessários quatro dias inteiros para as reuniões em que se decidira o nome da Igreja em 1860, é extraordinário que a primeira Assembleia da Conferência Geral tenha realizado todos os seus trabalhos com reuniões em apenas um dia completo e em dois períodos noturnos.

Honestidade, amor e humildade

É impressionante o facto de se ter realizado tanto em tão pouco tempo. Isto foi possível, porque os nossos pioneiros, mesmo quando discordavam, falavam sem rodeios e de modo direto. Diante de opiniões opostas, eram diretos e francos. Mas a tendência dos nossos pioneiros de se expressarem com franqueza não deve ser mal compreendida.

Três anos antes, no primeiro dia da Assembleia de 1860, James White iniciou o seu primeiro discurso, dirigindo-se ao presidente, pois era o procedimento correto; mas ele fê-lo de maneira singular, pois o presidente era Joseph Bates, que ele conhecia há mais de vinte anos. As suas primeiras palavras foram as seguintes: “Irmão Presidente (permita-me chamá-lo irmão Presidente, pois 'Senhor' é extremamente frio).”³ O facto de James White usar “irmão

Presidente” em lugar do costumeiro “Senhor Presidente” revela que os nossos fundadores tinham investido tudo no movimento do Advento. Eles estavam unidos por laços da mais profunda afeição. Discordavam energicamente uns dos outros, mas também cantavam e oravam juntos.

Houve menos debate em 1863 do que em 1860, em parte porque prevaleceu o espírito cristão, mas também em parte porque, antes de se reunirem, os delegados já tinham chegado a um consenso, em boa parte, dos assuntos mais importantes. Na edição seguinte da *Review*, Uriah Smith escreveu, com satisfação: “Talvez nenhuma outra reunião da qual participei se tenha caracterizado por uma tal unidade de sentimento e harmonia de opiniões. Em todos os passos importantes tomados nesta Assembleia [...] não houve uma voz discordante [...] e duvidamos de que tenha havido sequer um pensamento divergente.”⁴

Este foi um dos motivos de terem realizado tanto em pouco mais de um dia. Certamente os oito membros da comissão que elaborou os estatutos já tinham feito um trabalho prévio. Era totalmente necessário que todos os que se reuniram em Battle Creek, em 1863, soubessem que precisavam de ser mais unidos e mais organizados, se quisessem realizar “a grande obra de disseminar a luz sobre os mandamen-



Ellen G. White



Uriah Smith

tos de Deus, a fé de Jesus e as verdades ligadas à terceira mensagem angélica”, como expressaram as palavras do voto de 23 de maio de 1863. Como menciona a introdução do estatuto da Conferência Geral, ela foi fundada “com o propósito de assegurar a unidade e a eficiência no trabalho e de promover o interesse geral da causa da verdade presente”.⁵

A partir desta experiência, aprendemos algo mais sobre os nossos fundadores. Tudo o que foi debatido na década de 1850 já se tornara claro em 1863. Eles precisavam de estar unidos, se pretendiam cumprir a missão que lhes fora divinamente atribuída. De facto, na sua mente a missão era primordial, não as questões pessoais. Podemos estar certos disso, pois, segundo Uriah Smith, não houve um momento de divergência em 1863.

James White foi escolhido para presidente por unanimidade, mas declinou o convite. Após considerável período de discussão, os crentes indicaram os motivos pelos quais ele devia aceitar o cargo e ele apontou as razões para não o aceitar. A sua decisão foi finalmente aceite e John Byington foi eleito presidente em seu lugar.⁶

Não foram registados os motivos pelos quais James White recusou a nomeação para presidente, mas eles são fáceis de imaginar. Durante muitos anos ele tinha defendido a organização da Igreja e, assim, queria que ficasse bem

claro que fizera isso, porque essa era uma necessidade do movimento, e não para que se pudesse tornar presidente. James White não era perfeito, mas as suas qualidades pessoais nunca foram tão expostas como naquele momento, argumentando longamente com os seus irmãos para que não fizessem dele o seu líder. Ele colocou a unidade e a missão da nova denominação acima de todos os fatores pessoais.

Espírito evangelístico

Entre a pausa da Assembleia na quinta-feira à noite e o seu reinício no sábado à noite, os líderes Adventistas voltaram à sua atividade favorita: o evangelismo. Na sexta-feira, 22 de maio, a tenda evangelística da Associação do Michigan foi instalada no relvado perto do escritório da *Review and Herald*. Foram realizadas oito reuniões evangelísticas, com a participação dos delegados, interrompidas pelo culto de sábado, 23 de maio. Os trabalhos da Assembleia só foram realmente concluídos com o batismo de oito novos membros, na manhã de domingo, 24 de maio.⁷

Há ainda um último ponto a destacar sobre os nossos fundadores. Eles valorizavam as comissões, os procedimentos utilizados nas Assembleias e a organização, mas somente como um meio, não como um fim. O que tinham em mente era o tempo do fim e a Segunda Vinda de Cristo.

O espírito de 1863

O espírito de 1863 ainda é relevante para os Adventistas do Sétimo Dia hoje. Precisamos de ter o mesmo comprometimento com a unidade e com a missão, continuar na prática dos procedimentos adequados e manter a mesma disposição para utilizar todos os membros da Igreja, independen-

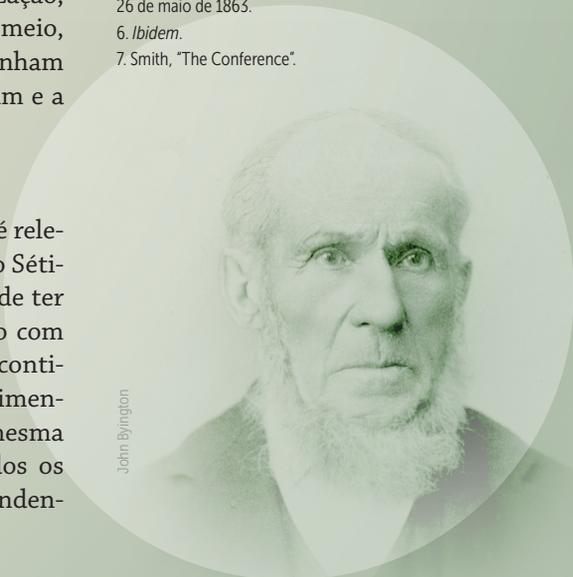
temente da sua idade e tendo apenas em consideração o seu talento. Precisamos também de uma disposição semelhante para falar uns com os outros com a mesma clareza, mas também com o mesmo amor, dado que somos irmãos e irmãs em Cristo. Precisamos de ter a mesma vontade de colocar a missão profética da Igreja acima de qualquer interesse pessoal.

Sem estas características, a Conferência Geral não teria sido fundada em 1863; sem elas, a nossa Igreja não se teria expandido pelo mundo. Somente se tivermos estas características e um forte relacionamento com o nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo é que seremos capazes de cumprir a missão profética confiada aos Adventistas do Sétimo Dia, que foram unidos pela missão na Assembleia da Conferência Geral em 1863. ¶

David Trim

Diretor do Departamento de Arquivos, Estatísticas e Pesquisas da Conferência Geral.

1. “Fifth Session”, *Review and Herald*, 23 de outubro de 1860.
2. [James White], “General Conference”, *Review and Herald*, 10 de março de 1863.
3. “Business Proceedings”, *Review and Herald*, 9 de outubro de 1860.
4. Uriah Smith, “The Conference”, *Review and Herald*, 26 de maio de 1863.
5. “Report of the General Conference”, *Review and Herald*, 26 de maio de 1863.
6. *Ibidem*.
7. Smith, “The Conference”.



John Byington

Organização da Igreja Adventista do Sétimo Dia

A *Revista Adventista* achou por bem dar a palavra ao Pastor Carlos Puyol, homem de fé e de ampla vivência pastoral, administrativa e letiva, bem conhecido da Igreja em Portugal, a fim de que partilhasse connosco o seu conhecimento sobre a organização e o funcionamento da nossa Igreja.

RA: Desde cedo, a Igreja sentiu a necessidade de se organizar administrativa-mente. De onde partiu essa necessidade?

Carlos Puyol: A Igreja cristã não é simplesmente o resultado da vontade associativa, por razões religiosas, dos homens; não é uma eventualidade histórica, um fenómeno de aculturação. A Igreja é uma realidade histórica criada por vontade divina. Pela sua vocação, pela sua origem, pelos objetivos sociais, morais e espirituais que persegue, a Igreja vem de Deus, tem origem divina.

Mas a Igreja é, ao mesmo tempo, uma realidade humana, tem uma estrutura social, é uma comunidade humana

que deve realizar-se na História e, por isso, desde os seus começos, necessitou de um sistema de governo, uma organização que seja responsável por assegurar o cumprimento da sua missão.

A noção de Igreja (*ekklesia*), usada no Novo Testamento, tem uma conotação institucional que implica não só uma estrutura social, mas também uma organização e uma ordem jurídica. Essa organização encontramos-a já estabelecida no Novo Testamento (Atos 1:15; 8:14; 9:27; 15:4, 22 e 23). Paulo é o primeiro a apresentar o argumento implícito da necessidade de uma organização que garanta a pregação do Evangelho no mundo (Rom. 10:13-15).



– *A Revista Adventista* entrevista o Pastor Carlos Puyol

A organização e administração da Igreja do primeiro século tornam-se ainda mais evidentes na existência, no reconhecimento e no exercício dos ministérios (Efé. 4:11) e da autoridade eclesiásticos, na aplicação da disciplina (Mat. 18:15-18; II Tes. 3:6, 11, 12, 14 e 15) e na custódia e preservação de um credo (II Tim. 6:3).

No que respeita à origem da organização e administração da Igreja Adventista, os começos foram objeto de controvérsia e debate. Dado que o movimento millerita, de onde procediam os Adventistas do Sétimo Dia, tinha sido contrário ao estabelecimento de uma organização e nunca chegou a constituir-se como Igreja, os primeiros Adventistas participaram desse mesmo espírito, argumentando que a organização os faria cair no formalismo, perderiam a sua liberdade individual, poderiam chegar a formar parte de Babilónia e a ter vínculos desagradáveis com o Estado. Mas o coletivo Adventista do Sétimo Dia crescia e, de 1851 a 1863, os pioneiros começaram a falar da “ordem evangélica”, atribuíram

credenciais aos pregadores que iam ministrar em novas comunidades, e Ellen G. White defendia uma organização, segundo o modelo evangélico, que respondesse ao crescimento da Igreja, ao sustento económico do ministério e que pudesse assegurar a propriedade dos edifícios da Igreja.

Primeiro, a casa editora dirigida pelo marido de Ellen G. White passou a chamar-se “Seventh-day Adventist Publishing Association”; depois, a igreja de Parkville, no dia 13 de maio de 1860, constituiu-se em associação religiosa legal; mais tarde, em 16 de outubro de 1861, criou-se a primeira federação de igrejas no estado do Michigan, à qual se seguiram mais quatro noutros estados da América; e, finalmente, no dia 21 de maio de 1863, em Battle Creek, Michigan, depois de uma década de debates e polémicas, os delegados de seis federações reuniram-se para organizar a primeira Conferência Geral dos Adventistas do Sétimo Dia, promulgando os primeiros estatutos que regeram o funcionamento administrativo da nossa Igreja.

Mais tarde, entre os anos 1882 e 1897, viria a descentralização da administração, através da organização dos oito distritos da Con-

ferência Geral que agrupavam as diversas federações e cujos presidentes eram membros da Conferência Geral. Foi no congresso mundial de 1901 que se organizaram as uniões de federações e missões, em diferentes partes do mundo, se transformaram em departamentos as organizações independentes da Conferência Geral, se consolidou a autonomia dos conselhos das federações compostos por obreiros locais e se criou uma ligação orgânica entre todas as organizações da administração, do modo como funcionam hoje. Finalmente, em 1918, os distritos ou divisões de federações da Conferência Geral foram abolidos e, em 1922, estabeleceu-se o modelo atual das divisões como secções do Conselho Executivo da Conferência Geral, com responsabilidade nos seus territórios respetivos.

RA: Como Adventistas, temos a convicção de que Deus conduziu e abençoou o desenvolvimento da Igreja até à atualidade. Que valor tem, para si, a organização mundial do movimento Adventista? Seria possível cumprirmos o nosso papel sem ela?

Carlos Puyol: A direção divina da Igreja cristã através dos séculos

é uma promessa do próprio Jesus Cristo (Mat. 16:18) e um facto inquestionável e surpreendente da história da Humanidade. Como é que foi possível, durante mais de vinte séculos, a Igreja de Cristo ter prevalecido e sobrevivido a todas as crises políticas, sociais, económicas, guerras, correntes culturais contrárias, cismas, ataques e apostasias que a sacudiram? Como explicar a sua realidade atual no mundo, a sua relevância e a sua obra, senão admitindo que a Providência Divina a protegeu, preservou, inclusivamente de si mesma, e a trouxe até aqui? Como o Senhor disse da Sua Palavra, pode dizer-se da Igreja de Cristo: “Toda a carne é como a erva, e toda a glória do homem como a flor da erva. Secou-se a erva, e caiu a sua flor; mas a palavra do Senhor permanece para sempre...” (I Pedro 1:24 e 25).

A História muito mais recente da Igreja Adventista do Sétimo Dia também é um testemunho poderoso da Providência Divina. A sua origem foi providencial, porque nasceu, por vontade divina, num país que propiciou e favoreceu o seu desenvolvimento e a sua missão até ao momento, possibilitando a pregação da sua mensagem escatológica. A América foi, no século XIX, a terra que reconheceu na sua Constituição (e na Declaração de Independência) as liberdades individuais, que recolheu o maior contingente de imigrantes de todo o mundo, que teve um desenvolvimento económico surpreendente e que, devido ao seu isolamento, se viu livre das guerras devastadoras que assolaram a Europa. Nesse contexto único nasceu e desenvolveu-se a nossa Igreja. Diz o famoso historiador francês do Protestantismo, Emile G. Léonard: “O protestantismo norte-americano possui as seguintes qualidades importantes: fidelidade às origens, amor



Ellen G. White abordando a sessão da Conferência Geral de 12 de Abril de 1901, Battle Creek, Michigan. Créditos: Cortesia do Ellen G. White Estate, Inc.



91 delegados reuniram-se para a 27ª Sessão da Conferência Geral em 1888, em Minneapolis, Minnesota.
Créditos: Cortesia do Ellen G. White Estate, Inc.

pela verdade e gosto pela liberdade. O povo norte-americano tem, como se sabe, o sentido da eficácia e da organização, o qual deu lugar a uma teologia pragmática e a uma eclesiologia de homens de negócios, na qual os meios materiais, a imprensa, a publicidade e os conselhos têm um lugar considerável: cada civilização cria formas eclesiásticas apropriadas ao seu gênio particular” (*Histoire du Protestantisme, Collection Que sais-je?*, PUF, 1960, p. 114).

A organização e a administração da Igreja Adventista do Sétimo Dia, inspiradas pelos escritos e pela influência pessoal de Ellen G. White, o sistema de governo, a estrutura eclesiástica, as normas de administração financeira, marcadas por um conservadorismo por vezes incompreendido, mas sábio, o princípio bíblico do dízimo e a liberalidade sistemática praticada pelos membros da Igreja, a sua técnica orçamental, ajustando os recursos aos gastos, e o seu sistema de remuneração dos empregados denominacionais, têm sido um verdadeiro escudo providencial contra os vaivéns das crises económicas que o mundo ocidental

viveu e um motor de crescimento e de expansão geográfica.

Sem a organização e a administração eclesiásticas que nos têm caracterizado, teria sido difícil cumprir a ordem perentória que Deus deu ao nosso povo. Segundo o testemunho de outras confissões religiosas que rivalizam connosco no programa missionário mundial, os Adventistas têm sobre elas a vantagem da firmeza dos nossos princípios administrativos.

RA: Quais são os diversos níveis da Igreja mundial?

Carlos Puyol: Na organização e administração da Igreja Adventista do Sétimo Dia há um sistema piramidal que tem quatro níveis constitutivos:

[1] Na base da pirâmide estão os membros de Igreja, que constituem igrejas locais organizadas. O indivíduo só tem capacidade de atuação eclesiástica numa e através de uma congregação devidamente organizada.

[2] O nível eclesiástico seguinte é a Associação, conferência, federação ou missão local, constituída por um certo número de igrejas locais, num determinado território.

[3] O terceiro nível é a União de Associações ou Missões, que governa um território maior. De há uns trinta anos para cá existe também a figura administrativa da União de Igrejas, que, organicamente, é uma Associação, mas sem a dependência direta de uma União; vinculada a uma Divisão, foram-lhe conferidas as mesmas facultades e representação que têm as Uniões de Associações. Embora, no início, esta figura tivesse caráter provisório, como um degrau intermédio entre a Associação e a União, com



Estrutura Organizacional

o tempo mostrou ser a unidade administrativa mais conveniente para pequenas Uniões onde a divisão em Associações seria excessivamente dispendiosa, tanto em recursos económicos como em efetivos humanos. Hoje existem Uniões de igrejas na Divisão Inter-Europeia e na Sul-Americana.

4) No quarto nível, no vértice da pirâmide, a unidade maior da organização é constituída pela Conferência Geral, integrada por todas as Uniões do mundo. As Divisões não são um degrau intermédio entre as Uniões e a Conferência Geral, mas sim setores territoriais desta, com responsabilidade administrativa designada para uma zona geográfica.

Nesta estrutura, a voz dos delegados num Congresso mundial da Conferência Geral é a autoridade suprema, depois de Deus, no governo terreno da Igreja. Quando se manifestam divergências nas organizações e instituições, quando se propõem alterações ao Manual da Igreja, quando se trata de aceitar na irmandade da Igreja mundial novas Uniões ou Divisões, só o Congresso quinquenal da Conferência Geral está capacitado para assumir tais responsabilidades. É a voz soberana da Igreja, apenas limitada pela autoridade da Palavra de Deus. Ellen G. White defendeu sempre este princípio de autoridade: “Fui muitas vezes instruída pelo Senhor de que o juízo de homem algum deve estar sujeito ao juízo de outro homem qualquer. Nunca deve a mente de um homem ou de uns poucos homens ser considerada suficiente em sabedoria e autoridade para controlar a obra, e dizer quais os planos que devam ser seguidos. Mas quando, numa Assembleia Geral, é exercido o juízo dos irmãos reunidos de todas as partes do campo, independência e juízo particula-

res não devem obstinadamente ser mantidos, mas renunciados. Nunca deve um obreiro considerar virtude a persistente conservação da sua atitude de independência, contrariamente à decisão do corpo geral” (*Testemunhos Seletos*, vol. 3, p. 408).

RA: A União Portuguesa é uma União de igrejas, que está inserida na Divisão Inter-Europeia, da qual o Pastor já foi Secretário. O que é uma Assembleia Administrativa de uma União de igrejas? Quais são as suas principais funções e competências?

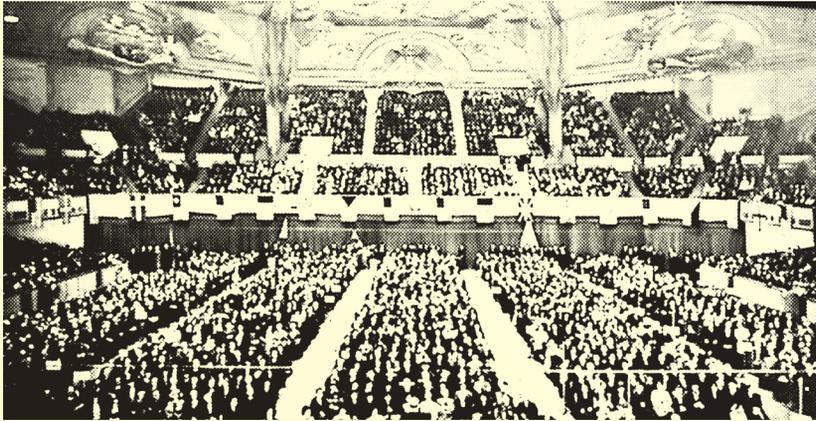
Carlos Puyol: A Assembleia Administrativa de uma União de igrejas (*GC Working Policy, D 17, art. II, Constituency Meeting*), composta pelos delegados de todas as igrejas, pelos representantes dos empregados denominacionais e pelos membros presentes da Divisão ou Conferência Geral, é o órgão de governo coletivo mais importante dessa secção, ou unidade, da Igreja Adventista mundial. Sobre ela repousa toda a autoridade administrativa da União por um período de cinco anos. Está capacitada, em harmonia com os modelos propostos pela Conferência Geral, para determinar os Estatutos e Regulamentos (*Constitution and Bylaws*) que, como base jurídica eclesiástica, servirão de norma administrativa diretora da União; é sua função decidir todos os cargos eletivos da União: representantes legais, administradores (*officers*) e membros do Conselho Executivo e dos Conselhos Diretivos das Instituições da União; é-lhe reconhecida a competência para outorgar, renovar ou anular as credenciais de todos os obreiros denominacionais da União e, finalmente, tem a função de avaliar todos os relatórios dos responsáveis da admi-

SEGUNDO O TESTEMUNHO DE OUTRAS CONFISSÕES RELIGIOSAS QUE RIVALIZAM CONNOSCO NO PROGRAMA MISSIONÁRIO MUNDIAL, OS ADVENTISTAS TÊM SOBRE ELAS A VANTAGEM DA FIRMEZA DOS NOSSOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS.

nistração, dos departamentos e das instituições, e de projetar as atividades, os planos e os projetos da União durante o próximo quinquênio.

RA: Qual deve ser, na sua opinião, o principal objetivo de uma Assembleia Administrativa?

Carlos Puyol: Como diz o texto de Jeremias 6:16: “Ponde-vos nos caminhos, e vede e perguntai pelas veredas antigas, qual é o bom caminho, e andai por ele...”, a Assembleia Administrativa de uma União representa uma paragem no caminho, a introspeção do andamento da União, a avaliação das suas realizações e das suas tendências, a renovação dos seus objetivos, a autocrítica e o reconhecimento e a correção dos seus erros, se os houve. Sem dúvida, é a procura humilde e esperançosa da aprovação divina. Mas o texto também diz “andai por ele”, quer dizer, é o momento de fazer prospeção do futuro imediato da União, de traçar novos planos e itinerários, de renovar as equipas



Em cima, Sessões da CG, Auditório de Exposição em San Francisco, Califórnia, em 1936. Em baixo, sessão no Edward Jones Dome em St. Louis, Missouri, em 2005. Créditos: Cortesia do Ellen G. White Estate, Inc.

de trabalho e de pôr em andamento projetos que renovem a motivação, o entusiasmo e as forças da Igreja. Noutras palavras, é a procura diligente e confiante da direção divina.

RA: Que tipo de intervenientes estão presentes numa Assembleia Administrativa e quais as suas prerrogativas?

Carlos Puyol: Se entendo bem a pergunta, e como já disse antes, os intervenientes numa Assembleia Administrativa são todos os membros de Igreja que foram acreditados como delegados com capacidade de voz e de voto, os escolhidos pelas igrejas da União e pelos vários corpos de obreiros: pastores, educadores, colportores, missionários acreditados; os delegados *ex officio* em função dos

seus cargos; e os representantes das organizações superiores que estejam presentes (*Delegates at large*, ou complementares, *WP, D 17, art. III, 1 b, Representation*).

Só os delegados regulares acreditados pela Secretaria da União e presentes na Sessão da Assembleia têm a faculdade de intervir administrativamente, participando nos debates, formando parte das comissões de trabalho e exercendo o direito de votar propostas que venham destas. A participação dos delegados, cumpridas as exigências do quórum, é unicamente pessoal, não por delegação nem procuração. O direito de veto de uma proposta só pode ser exercido quando se tratar de questões que escapam às competências próprias de uma Assembleia Administrativa de União.

RA: A Assembleia Administrativa vota a nomeação dos responsáveis da Igreja para o quinquénio que se inicia, sob proposta de uma Comissão de Nomeações. Como é que essa Comissão é escolhida? E como é que, geralmente, funciona?

Carlos Puyol: Um dos primeiros trabalhos de uma Assembleia Administrativa, concluídos os assuntos constitutivos prévios (acreditação dos delegados, contagem do quórum, aceitação na comunidade eclesial da União das novas igrejas, votação dos delegados complementares, etc.), é a formação da Comissão Preparatória (*Organizing Committee, Idem, art. IV, 1*), composta por delegados representantes das igrejas e do corpo de obreiros da União, segundo o procedimento e a percentagem que cada União estabeleça nos seus Estatutos. Esta comissão tem a missão de propor os membros das comissões de trabalho de uma Assembleia: Comissão de Nomeações, Comissão de Estatutos e Regulamentos, Comissão de Credenciais, e qualquer outra que se considere oportuna. O número e a composição destas comissões estão geralmente estabelecidos nos Estatutos e Regulamentos da União.

Depois de votada pelos delegados, a Comissão de nomeações reunir-se-á imediatamente, presidida pelo presidente da Divisão ou pela pessoa em quem ele delegue. A primeira proposta que esta comissão fará aos delegados da Assembleia será a da nomeação do Presidente da União, o qual, depois de votado, passará a formar parte da Comissão como Conselheiro, sem direito a voto. Na sua presença e sob seu conselho, a Comissão de Nomeações procederá à nomeação dos outros oficiais da União, dos diretores dos departamentos, dos

membros do Conselho Executivo da União e dos membros dos Conselhos Diretivos das instituições (nalguns casos, estes conselhos são nomeados pelo Conselho Executivo da União, na sua primeira reunião ou convocatória).

RA: Quem escolhe os Delegados das igrejas locais são os membros de cada igreja local? Quais são as principais funções desses Delegados?

Carlos Puyol: Os delegados das igrejas são escolhidos por cada igreja local, segundo os procedimentos estabelecidos no Manual da Igreja, na secção “Escolha dos Delegados à Assembleia da Associação ou Missão”. Este procedimento é vinculativo e não pode ser substituído por qualquer outro.

Depois da convocatória pública, por parte do Conselho Executivo da União, da celebração de uma Assembleia Administrativa, as igrejas devem proceder imediatamente à eleição dos seus delegados, de acordo com a percentagem que esteja estabelecida nos Estatutos da União e seguindo o procedimento indicado no Manual da Igreja. Com suficiente antecedência, as listas de delegados serão enviadas para a Secretaria da União para sua acreditação, para o envio aos delegados da Agenda da Assembleia, dos relatórios gerais e de qualquer informação que se considere pertinente. Os delegados deveriam, então, em face do que tenham recebido, fazer propostas para a Agenda da Assembleia e para as comissões de trabalho, que serão filtradas primeiro pelos Conselhos de igreja e depois pelo Conselho Executivo da União.

RA: O Pastor Puyol, como membro de Igreja, Pastor, responsável de União e secretário da Divisão, participou



em dezenas de Assembleias, em diversos países. O que nos pode dizer dessa experiência?

Carlos Puyol: Desde os 20 anos que participo como delegado leigo, Pastor, professor ou administrador nas sessões gerais administrativas da Igreja Adventista do Sétimo Dia: Assembleias de Associação, Assembleias de União, Conselhos Anuais e Sessões quinquenais mundiais da Conferência Geral. A minha primeira impressão sempre foi um sentimento de reconhecimento e de admiração da capacidade administrativa da nossa Igreja, da sua excelente organização, dos seus sistemas de governo e de trabalho administrativo e da sua liderança competente e exemplar. Mas, em cada Assembleia administrativa, senti a presença do Espírito Santo e apreciei a dimensão e o conteúdo espirituais desses encontros, a sua perspectiva profundamente religiosa, que projetava o aqui e o agora da realidade histórica da Igreja para um plano de aspirações transcendentais e de objetivos espirituais. A forte estrutura organizativa da nossa Igreja nunca foi paralisada, nem desviada, nem inibida a sua visão altruísta e ultraterrena da missão, nem a sua bem-aventurada esperança na Segunda Vinda. De cada sessão de trabalho administrativo nunca

saí defraudado, confuso ou desanimado; sempre voltei ao meu ministério fortalecido, estimulado, esperançoso.

RA: Como é possível transformar uma Assembleia Administrativa numa experiência espiritual, pessoal e coletiva, de consagração e adoração ao Senhor?

Carlos Puyol: Com frequência se tem discutido, no nosso meio, a alternativa de fazer das Assembleias sessões exclusivamente administrativas de curta duração, nas quais se tomariam unicamente os acordos relativos à renovação das equipas, à reforma das estruturas e às questões jurídicas, ou então, que a Assembleia tenha, além desse aspeto administrativo, um forte conteúdo espiritual, de reavivamento e reforma, de festa e de encontro fraternal e, nalguns casos, de testemunho evangelizador.

Pessoalmente, sempre preferi a segunda opção, porque estou convencido de que toda a atividade da Igreja, seja de que tipo for, deve ter sempre uma dimensão e uma projeção espirituais, porque somos uma Igreja, porque não somos simplesmente mais uma organização social, porque os objetivos espirituais e a evangelização são a nossa razão de ser no mundo.

Para que uma Assembleia se converta numa experiência espiritual para os crentes, deve preparar-se, com muita antecedência e com muito cuidado, o programa da Assembleia. Deve escolher-se bem o lema da Assembleia, determinar os temas que desenvolverão esse lema, procurar os oradores ou o orador convidado, preparar a música da Assembleia e organizar as atuações dos jovens, os testemunhos, as experiências e os relatórios que mostrem que Deus está presente no seio do Seu povo. Em Barcelona, creio que foi em 1977, com o lema “Vem, Senhor Jesus”, organizámos uma curta campanha de evangelização à noite, num salão público, sobre a esperança na Segunda Vinda, acompanhada por uma exposição monográfica de pintores Adventistas e, é óbvio, não faltaram uma ordenação ao ministério e uma cerimónia batismal. Em Sagunto, em 1994, os distritos eclesiais regionais montaram *stands* onde se exibia o que a Igreja estava a fazer nesse território. Também houve uma exposição de pintura e diversos concertos e encenações de jovens. Deve procurar-se que a Igreja “vibre” numa Assembleia Administrativa e, como é eviden-

CONFIEM UNS NOS OUTROS, COMO POVO DE DEUS, COMO FAMÍLIA ESPIRITUAL, PORQUE UNIDOS E CONSAGRADOS PODERÃO TERMINAR A OBRA E SER PARTICIPANTES DA BEM-AVENTURANÇA QUE FOI PROMETIDA AOS QUE AMAM E REVERENCIAM DEUS.

te, prevê-se que não estejam presentes só os delegados.

RA: Gostaríamos de o convidar a deixar uma mensagem à Igreja em Portugal, que tanto o respeita e aprecia.

Carlos Puyol:

Meus queridos irmãos,

Confiem no Pai que está nos Céus, que não está escondido nem fica indiferente ao que nos acontece, mas que contempla com dor a triste situação deste mundo que Ele criou por amor.

Confiem em Jesus, o nosso Salvador, que deu a Sua vida por nós, que nos deu o Seu exemplo, nos assegurou a salvação e a vida eterna e que em breve virá buscar-nos.

Confiem na Santa Palavra de Deus, revelação de Deus e de Jesus Cristo, testemunho da ver-

dade, viva, eficaz e útil para nossa instrução, regeneração e salvação.

Confiem na Igreja Adventista do Sétimo Dia, que representa o remanescente visível de Deus, que restaurou a verdade presente e que vive à espera e na esperança do Salvador.

Confiem nos vossos pastores e servidores da Igreja, porque, ainda que sejam homens e mulheres como vós, vos amam, vos ensinam a Palavra de Deus e, com solicitude, velam pela vossa alma.

Confiem uns nos outros, como povo de Deus, como família espiritual, porque unidos e consagrados poderão terminar a obra e ser participantes da bem-aventurança que foi prometida aos que amam e reverenciam Deus. ✨

Paulo Sérgio Macedo

Diretor dos Dep. de Educação e de Liberdade Religiosa e Assuntos Públicos da UPASD.



Sessão da Conferência Geral, em 1913 – fotografia de grupo – “Recebei o Espírito Santo”. Créditos: Cortesia do Ellen G. White Estate, Inc.

Perto do termo do Seu ministério, Jesus declarou a Pedro e aos restantes discípulos que iria fundar uma Igreja na Terra, que seria vencedora sobre os poderes do inferno (Mateus 16:18). Esta Igreja teve o seu início no dia de Pentecostes do ano 31 da era cristã, quando o Espírito Santo desceu sobre os 120 discípulos de Jesus que estavam reunidos no cenáculo (Atos 1:13-15; 2:1-4).

A Igreja Apostólica que daí resultou era una e indivisível. Não foi por acaso que Paulo, o grande apóstolo dos Gentios, declarou aos crentes da igreja de Éfeso que “há um só corpo e um só Espírito, como também fostes chamados em uma só esperança da vossa vocação; um só Senhor, uma só fé, um só batismo” (Efésios 4:4 e 5).

Ao referir-se a “um só corpo”, o apóstolo estava a indicar a perfeita unidade da Igreja Apostólica que então existia. No entanto, com o passar do tempo, a unidade da Igreja

A verdadeira Igreja de Deus | PARTE I

A mulher de Apocalipse 12



cristã perdeu-se. Hoje existem muitas dezenas de Igrejas cristãs diferentes, cada uma delas reclamando ser a verdadeira Igreja de Cristo. Como podemos saber qual delas é realmente a verdadeira Igreja? A Bíblia oferece critérios objetivos que permitam identificar a verdadeira Igreja de Deus nos nossos dias?

Felizmente, podemos dar uma resposta positiva a esta pergunta. No capítulo 12 de Apocalipse, encontramos os critérios objetivos que nos permitem determinar qual é a verdadeira Igreja de Deus no nosso tempo. De facto, o referido capítulo de Apocalipse divide-se em três cenas: A mulher grávida que dá à luz um menino (12:1-6), a expulsão do dragão do Céu (12:7-12) e a perseguição que o dragão move à mulher e ao remanescente da sua semente (12:13-17). Se formos capazes de decifrar os símbolos da mulher, do menino, do remanescente e do dragão, e de interpretar o significado das ações que lhes são atribuídas, teremos obtido os meios que nos permitirão identificar a verdadeira Igreja de Deus dos nossos dias. Ora, esse é precisamente o objetivo que nos propomos alcançar. Dada a extensão da análise necessária para a plena compreensão do capítulo 12 do livro de João, iremos dividir a nossa tarefa em duas partes. Neste primeiro artigo, procuraremos definir o significado dos símbolos da mulher, do menino e do dragão. Num segundo artigo, interpretaremos o símbolo do “remanescente da semente” da mulher, e identificaremos a verdadeira Igreja de Deus no tempo do fim. Começamos então a nossa análise, interpretando Apocalipse 12:1-6.

A mulher, o menino e o dragão (Apoc. 12:1-6)

Na visão que está na origem do capítulo 12 de Apocalipse, João

começa por ver “um grande sinal”. A palavra grega *sêmeion* (“sinal”) é usada sete vezes no Apocalipse. Em 12:1, 12:3 e 15:1 ela é empregue para designar uma visão extraordinária, que capta a atenção do profeta. Que sinal é visto pelo profeta? João vê “uma mulher vestida do sol, tendo a lua debaixo dos seus pés e uma coroa de doze estrelas sobre a sua cabeça” (Apoc. 12:1). O facto de o profeta se referir à visão da mulher como sendo um “grande sinal” permite perceber que a “mulher” é um símbolo. De facto, uma “mulher” é frequentemente usada como símbolo do povo de Deus, tanto no Antigo Testamento (Jer. 3:20; 6:2; Eze. 16:8-14; Ose. 2:19 e 20; Amós 5:2), como no Novo Testamento (II Cor. 11:2; Efé. 5:25-32). O Velho Testamento retrata o povo de Deus como sendo a Sua esposa. Assim, Isaías pôde dizer, a propósito do povo de Israel: “Porque o teu Criador é o teu marido” (Isa. 54:5). O Novo Testamento também identifica o conjunto dos discípulos de Cristo como sendo a Sua esposa. Assim, Paulo considera a “Jerusalém de cima” como a “mãe” de todos os Cristãos (Gál. 4:26). É de referir que o símbolo de uma mulher pura e fiel é usado por João noutros capítulos de Apocalipse para representar o povo de Deus (Apoc. 19:7 e 8; 21:9 e 10; 22:17). Assim, podemos concluir à partida que a “mulher” de Apocalipse 12 representa o povo de Deus de todos os tempos. Esta conclusão é reforçada pela interpretação do modo como a “mulher” é apresentada. Ela está vestida de Sol. Trata-se do “sol da justiça” (Mal. 4:2) refletido no Evangelho de Cristo. Assim, esta aparência brilhante da mulher – i. e., da Igreja – resulta da luz gloriosa do Evangelho que brilha sobre ela, proveniente de Cristo, a “luz do mundo” (João 8:12; 9:5; cf. II Cor. 4:6). Ela tem a Lua sob os seus pés.

HÁ UM SÓ CORPO E UM SÓ ESPÍRITO, UMA SÓ ESPERANÇA, UM SÓ SENHOR, UMA SÓ FÉ, UM SÓ BATISMO.

A Lua simboliza a revelação do Antigo Testamento que reflete a luz do Evangelho. De facto, a Lua representa o sistema de tipos cerimoniais do Antigo Testamento, pois todas as festas do calendário litúrgico de Israel eram determinadas pela Lua (Salmo 104:19; Isa. 1:14; cf. Col. 2:16 e 17). O cumprimento por Jesus do significado das festas rituais de Israel fez delas o fundamento da Igreja de Deus. Assim, tal como a mulher tinha a Lua sob os seus pés, também a Igreja está fundamentada nas Escrituras reveladas do Antigo Testamento. A coroa de doze estrelas sobre a cabeça da “mulher” é um *stephanos*, isto é, uma coroa de vitória. Ela significa a vitória e a glória que Deus dá ao seu povo. De facto, esta coroa é prometida no Apocalipse aos crentes fiéis (Apoc. 2:10; 3:11). Não deve ser confundida com o diadema, a coroa real. As doze estrelas na coroa da vitória representam primeiro os doze patriarcas de Israel. De facto, no sonho de José, registado em Génesis 37:9 e 10, as estrelas representam os doze filhos de Jacob, isto é, os patriarcas fundadores das doze tribos do povo de Deus. Mas as doze estrelas na coroa também representam os doze apóstolos da Igreja cristã. Com efeito, Jesus declarou que os Seus doze apóstolos irão sentar-se em doze tronos e reger a Igreja triunfante (Mat. 19:27 e 28; Luc. 22:28-30). Assim, pelo uso do símbolo da “mulher” é indicada a unidade do povo de Deus durante a antiga e a nova Alianças. Portanto,



a “mulher” que João viu em visão é o símbolo do povo de Deus de todas as eras.¹

João diz-nos que a mulher está grávida e prestes a dar à luz. “E estava grávida, e com dores de parto, e gritava com ânsias de dar à luz” (Apoc. 12:2). Note-se que os profetas do Antigo Testamento referem-se frequentemente a Israel, o povo de Deus, como uma mulher em trabalho de parto (e. g., Isa. 21:3; 26:17 e 18; 66:6-9; Jer. 4:31; Miq. 4:10). Portanto, como se disse, a mulher representa o Israel de Deus que dá à luz o Messias. Como uma mulher sentindo as dores de parto, Israel também sofreu em preparação para a vinda do Prometido. Assim, podemos concluir que nos versículos 1 e 2 de Apocalipse 12 retrata-se o povo de Deus na transição da primeira para a segunda Alianças, imediatamente antes do início da era cristã, quando se aguardava o advento do Messias. A mulher, isto é, a Igreja do Antigo e do Novo Testamentos, tem a Lua debaixo dos pés, pois o período mosaico está prestes a terminar, e está vestida com a luz do Sol do Evangelho, que acabou de surgir. Portanto, João descreve o

povo de Deus, o Israel espiritual, na sua expectativa messiânica.²

O profeta vê então um “outro sinal” no céu. “E eis que era um grande dragão vermelho, que tinha sete cabeças e dez chifres, e sobre as suas cabeças sete diademas” (Apoc. 12:3). O que simboliza o “dragão”? O dragão com sete cabeças (*drakôn*, em grego) é uma representação mitológica comum a várias mitologias do mundo antigo ocidental e oriental. Estas figuras mitológicas estão também presentes no Antigo Testamento, sendo aí representadas pelos monstros marinhos Rahab e Leviatã. É interessante notar que estes dois monstros são usados no Antigo Testamento como símbolos para representar as potências malévolas que oprimem o povo de Deus e que são derrotadas por Deus. Por exemplo, o Egito é simbolizado por Leviatã (Sal. 74:14) e por Rahab (Sal. 89:10; Isa. 51:9 e 10). O dragão é “vermelho” (*purros*, em grego) porque esta é a cor da opressão e do derramamento de sangue resultantes da perseguição que Satanás move ao povo de Deus (cf. Apoc. 6:3 e 4; II Reis 3:22 e 23; Apoc. 17:3-6). Não é difícil identifi-

car o referente histórico do dragão, pois João informa-nos de que ele é o símbolo de Satanás (Apoc. 12:9; 20:2). Satanás é facilmente associado com o dragão, porque este era o grande oponente de Deus e o representante do caos e da morte na cultura hebraica. As sete cabeças do dragão simbolizam as sete potências utilizadas por Satanás ao longo da história da Humanidade para oprimir e perseguir o povo de Deus de todas as épocas: Egito, Assíria, Babilónia, Medo-Pérsia, Grécia-Macedónia, Roma pagã e, finalmente, Roma papal apoiada pelo Sacro Império Romano-Germânico. No mundo antigo, os chifres eram em si mesmos símbolos de força e de poder militar, pelo que os dez chifres do dragão simbolizam também poderes políticos (cf. Apoc. 17:12). Estes poderes são os mesmos representados pelos dez chifres da besta terrível de Daniel 7 (Dan. 7:7 e 8, 20, 23 e 24), isto é, os dez povos germânicos que destruíram o Império Romano e que deram origem à moderna Europa das nações. As sete coroas do dragão são “coroas reais” (*diadêmata*, em grego). As coroas nas sete cabe-

ças do dragão indicam que estas são o símbolo de sete poderes políticos, isto é, dos sete impérios que referimos.³

Continuando a descrever a ação do dragão, João diz-nos que “a sua cauda levou, após si, a terça parte das estrelas do céu, e lançou-as sobre a terra; e o dragão parou diante da mulher que havia de dar à luz, para que, dando ela à luz, lhe tragasse o filho” (Apoc. 12:4). O símbolo da cauda do dragão representa a sua capacidade de enganar. Satanás usa o engano para levar outros a revoltarem-se contra Deus e a seguirem o caminho da apostasia. De facto, no livro de Apocalipse, Satanás é retratado como um sedutor e um enganador (cf. Apoc. 12:9; 20:7-10). O que simbolizam as estrelas que foram lançadas sobre a Terra pela cauda do dragão? No Apocalipse, “estrelas” representam anjos (Apoc. 1:20), ficando bem claro em Apocalipse 12:7-9 que as “estrelas do céu” são o símbolo dos anjos que aderiram à rebelião contra Deus, encabeçada por Satanás, e que foram expulsos do Céu. Também no pensamento judeu as “estrelas” são usualmente o símbolo de anjos (e. g., 1 QM 10:11 e 12; II Enoque 4:1; II Baruch 51:10). Tudo indica que Satanás conseguiu atrair para a sua causa “um terço” dos anjos. O facto de o dragão parar diante da mulher para lhe tragar o filho logo que este nascesse traduz a grande hostilidade de Satanás para com a Igreja. Satanás procurou por todos os meios destruir o menino Messias nascido da mulher (isto é, nascido do povo de Deus). Na verdade, o massacre dos inocentes perpetrado por Herodes, em Belém, por ocasião do nascimento de Jesus, foi apenas um dos atos inspirados por Satanás para tentar destruir o menino que nasceu da mulher (Mat. 2:13-18). Outras tentativas de Satanás para

destruir Jesus foram as constantes conspirações dos líderes judeus (Marcos 3:6; João 7:30, 44-48) e a decisiva ação judicial do governador romano que condenou Cristo à morte de cruz (Mateus 27:11-37).⁴

João descreve então o nascimento do menino, filho da mulher, e define a sua identidade. “E deu à luz um filho, um varão que há de reger todas as nações com vara de ferro; e o seu filho foi arrebatado para Deus e para o seu trono” (Apoc. 12:5). O nascimento da criança gerada pela mulher representa o nascimento do Messias no seio do povo de Deus. De facto, a criança-varão só pode ser um símbolo de Jesus, o Messias prometido por Deus. Sabemos isto porque, segundo o Salmo 2:7-9, aludido por João e interpretado messianicamente na tradição judaica (cf. Salmos de Salomão 17:23 e 24; TB Sukkah 52a), o Messias seria Aquele que deveria “reger todas as nações com vara de ferro”. Note-se que em Apocalipse 19:15 e 16 é explicitamente dito de Jesus, o “Rei dos reis e Senhor dos senhores”, que Ele “regerá as nações com vara de ferro”. Além do mais, apenas Jesus, o Messias, foi “arrebatado para Deus e para o seu trono” (cf. At. 1:2, 11, 23; I Tim. 1:16; Luc. 24:51; Mar. 16:19). Esta menção de que o menino foi arrebatado “para Deus e para o seu trono” é certamente uma alusão ao Salmo 110:1, o qual foi lido messianicamente pela tradição judaica. A tradição cristã afirmou desde muito cedo que, após a Sua ascensão ao Céu, Jesus Se sentou à direita do trono de Deus (Apoc. 3:21; Efé. 1:20 e 21; Heb. 1:1-3; 8:1; 10:12). Assim, Satanás tentou “devorar” o menino Messias, obtendo a Sua morte na cruz, mas Deus impediu que a ação satânica fosse bem-sucedida ao ressuscitar o Seu Filho e ao arrebatá-l’O para o Céu. Note-se também que o texto de Apocalipse

“E EIS QUE ERA UM GRANDE DRAGÃO VERMELHO, QUE TINHA SETE CABEÇAS E DEZ CHIFRES, E SOBRE AS SUAS CABEÇAS SETE DIADEMAS.”

12:5 passa imediatamente da referência ao nascimento do Messias para o Seu arrebatamento para o trono de Deus. A omissão de qualquer referência à vida terrestre de Jesus explica-se pelo facto de João, em Apocalipse, estar interessado apenas no Cristo exaltado, Aquele que é capaz de salvar o povo de Deus em ocasiões de provação.⁵

Depois da ascensão de Jesus, o Messias, ao Céu, a Igreja – representada pela mulher – é alvo de toda a cólera de Satanás. João escreveu: “E a mulher fugiu para o deserto, onde já tinha lugar preparado por Deus, para que ali fosse alimentada durante mil duzentos e sessenta dias” (Apoc. 12:6). O “deserto” (*erêmos*, em grego) representa um lugar onde a verdadeira Igreja Cristã estaria na obscuridade, afastada das luzes da ribalta. Repare-se que a passagem pelo deserto na tradição judaica significava um período na história do povo de Deus em que a presença e o cuidado de Deus foram intimamente sentidos. Assim, a fuga de Israel do Egito para o deserto, onde Deus cuidara do Seu povo, era recordada como o período áureo da história do povo da Aliança (Êxo. 13:17-16:21; cf. Deut. 1:31; Sal. 78:52; 136:16; At. 7:36). Referindo-se a esta época da história de Israel e usando o símbolo de uma mulher para representar o povo de Deus, Jeremias escreveu em nome de Iahweh: “Eu

me lembro, em teu favor, do amor da tua juventude, do carinho do teu tempo de noivado, quando me seguias pelo deserto, por uma terra não cultivada: Israel era santo para Iahweh, as primícias da sua colheita” (Jer. 2:2 e 3). Assim, percebe-se que a fuga da mulher para o deserto, para um lugar preparado por Deus, coloca-a numa relação de maior proximidade com o Senhor. Esta fuga para o deserto simboliza a retirada da verdadeira Igreja cristã para uma situação em que permanece numa comunhão íntima com Deus e sob a direção protetora de Deus. A Igreja simbolizada pela mulher deverá ficar no deserto durante “1260 dias”. Este período de tempo é o mesmo período de tempo em que devem profetizar as “duas testemunhas” (Apoc. 11:3-6). O paralelo existente entre Apocalipse 12:6 e 12:14 indica que os “1260 dias” simbolizam o mesmo período cronológico que “um tempo, tempos e metade de um tempo”. Assim, há aqui também um paralelo com a revelação dada a Daniel, em que “um tempo, tempos e metade de um tempo” é o período de atividade persecutória da ponta pequena contra o povo de Deus (Dan. 7:24 e 25; 12:7). Atente-se também que o tempo destinado para as nações pisarem a cidade santa é de 42 meses (Apoc. 11:2), sendo também este o período de tempo de domínio absoluto da besta do mar com sete cabeças e dez chifres (Apoc. 13:5-8). Ora, é fácil ver que estes três períodos – 1260 dias; um tempo, tempos e metade de um tempo; 42 meses – referem-se à mesma duração temporal. De facto, os comentadores estão de acordo que “tempo” em profecia apocalíptica denota um “ano”. Assim, um tempo, tempos e metade de um tempo são três anos e meio, sendo que 3,5 anos x 12 meses = 42 meses. Por sua vez, 42 meses x 30

dias = 1260 dias. O que representa este período de 1260 dias em Apocalipse e em Daniel? Uma leitura atenta mostra que se trata do tempo em que as forças do mal terão o domínio, oprimindo e perseguindo o povo de Deus. Mas trata-se também do período de tempo em que o povo de Deus sobreviverá sob a proteção divina, continuando a testemunhar em favor do Evangelho de Cristo. Parece também claro que este período de 1260 anos, em que o povo de Deus experimentará a opressão e a perseguição sem deixar de manter a sua fidelidade a Cristo, deve ser lido como um período de tempo simbólico. Primeiro, porque o seu contexto nas profecias de Daniel e de Apocalipse é inteiramente simbólico. Segundo, porque a perseguição à verdadeira Igreja cristã por parte dos poderes do mal inspirados por Satanás durou certamente mais do que apenas 1260 dias literais. Aplicando o princípio de que, em profecia, um dia simbólico equivale a um ano literal (Eze. 4:6; Núm. 14:34), concluímos que a Igreja cristã estaria retirada no “deserto” durante 1260 anos.⁶ Quando começa e quando termina este período cronológico? Segundo a estrutura de Apocalipse 12, ele deve começar algures após o período da Igreja Apostólica, que deu à luz o Messias. Deve também terminar algum tempo antes da Segunda Vinda de Cristo, pois é após os 1260 anos que Satanás ataca o “resto da semente” da mulher (Apoc. 12:17). Para os intérpretes da Escola Historicista – entre os quais se incluem os Adventistas do Sétimo Dia – o período de 1260 anos começou em 538 d.C. e terminou em 1798 d.C.. De facto, em 538 a cidade de Roma foi, pela primeira vez desde o fim do Império Romano do Ocidente, libertada do domínio dos bárbaros Arianos que a oprimiam. Com efeito, sob

a pressão do exército bizantino, os Ostrogodos abandonaram a cidade nas mãos de Belisário e de Narses, generais do imperador Justiniano. Este facto permitiu que o Papado começasse a exercer a supremacia eclesiástica, que lhe tinha sido reconhecida por Justiniano numa carta régia com força de lei, escrita pelo imperador ao Papa João II, em 533. Nesta carta o imperador reconhecia o Papa como “a cabeça de todas as santas igrejas”, submetendo todos os bispos à suprema autoridade papal. Por outro lado, o domínio político-religioso do Papado teve o seu fim em 1798, quando o general francês Louis-Alexandre Berthier, ao serviço de Napoleão, aprisionou o Papa Pio VI e pôs fim ao governo papal dos Estados Pontifícios.⁷

A história profética da perseguição de Satanás à Igreja é interrompida por um interlúdio em que se narra a guerra que aconteceu no Céu entre Miguel e o dragão (Apoc. 12:7-12). Após ser derrotado por Miguel no Céu, o dragão retoma a perseguição à Igreja de Cristo na Terra. Essa perseguição é narrada em Apocalipse 12:13-17. Assim, é essa secção do texto que passaremos a interpretar.

A mulher, o remanescente da sua semente e o dragão (Apoc. 12:13-17)

João retoma a narração do combate entre o dragão e a mulher em Apocalipse 12:13. Neste versículo, o profeta refere novamente a perseguição encetada por Satanás contra a verdadeira Igreja de Cristo. Ele escreveu: “E, quando o dragão viu que fora lançado na terra, perseguiu a mulher que dera à luz o varão.” Não tendo conseguido destruir o Messias e tendo sido derrotado por Miguel no Céu, o dragão foca a sua atenção na Igreja de Cristo, procurando destruí-la. Sendo incapaz de atingir diretamente

Cristo, Satanás procura atingir os seguidores de Jesus, pelo que retoma a perseguição à Igreja cristã. A cólera de Satanás está agora inteiramente dirigida contra os Cristãos. A imagem da mulher que foge do dragão que a persegue evoca o tema do Êxodo, em que Israel foge dos exércitos de Faraó (representado como o dragão Rahab em Isa. 51:9 e 10; cf. Sal. 74:13 e 14).⁸

João passa então a descrever o auxílio que Deus prestou à verdadeira Igreja de Cristo. “E foram dadas à mulher duas asas de grande águia, para que voasse para o deserto, ao seu lugar, onde é sustentada por um tempo e tempos e metade de um tempo, fora da vista da serpente” (Apoc. 12:14). A mulher – isto é, a Igreja de Cristo –, recebe duas asas de águia para poder fugir para o deserto. O verbo no passivo indica que foi Deus que deu à mulher as asas de águia. Esta imagem das “asas de águia” remete para os textos do Antigo Testamento que, mais uma vez, se referem à experiência do Êxodo, vivida pelo povo de Deus. De facto, em Êxodo 19:4, Deus declara: “Vós tendes visto o que fiz aos egípcios, como

vos levei sobre asas de águias, e vos trouxe a mim” (cf. Deut. 32:11 e 12). Assim, as “asas de águia” conotam o terno cuidado de Deus pelo Seu povo e a celeridade com que esse cuidado é prestado (sobre a celeridade das águias veja-se Jer. 4:13; II Sam. 1:23). Isaías associa as asas da águia com o regresso do povo de Deus do Exílio, quando escreve: “Mas os que põem a sua esperança em Iahweh renovam as suas forças, abrem asas como as águias, correm e não se fatigam, caminham e não se cansam” (Isa. 40:31). Assim, do mesmo modo que Deus protegeu e dirigiu o Seu povo no tempo do Êxodo e do regresso do Exílio, Ele protege e dirige a Igreja cristã durante a sua estadia no “deserto”. Como vimos no comentário a Apocalipse 12:6, o “deserto” é o lugar do encontro espiritual do povo de Deus com o seu Senhor. Esta estadia no deserto, em que a Igreja seria sustentada por Deus, deveria durar “um tempo, e tempos e metade de um tempo”. Como também vimos no comentário ao versículo 6, este período cronológico (que surge pela primeira vez em Daniel 7:25; 12:7) equivale a 1260 dias. Assim o mos-

tra o paralelismo existente entre Apocalipse 12:6 e 12:14. Estes 1260 dias proféticos correspondem a 1260 anos históricos. Tal período de tempo começou em 538 d.C. e terminou em 1798. É o período de forte perseguição à verdadeira Igreja de Cristo pelos instrumentos criados pela “serpente”, isto é, por Satanás (A “serpente” é identificada como sendo Satanás em Apoc. 12:9). Assim, podemos concluir que a Igreja Romana, que se apresentou ao mundo como a Igreja de Cristo durante 1260 anos, ostentando a bandeira da Cruz perante as multidões da Cristandade, não era a verdadeira Igreja de Cristo. Ela era a Igreja perseguidora, não a Igreja perseguida. A verdadeira Igreja de Cristo encontrava-se fora da vista, adorando Deus em lugares secretos e remotos, como as montanhas do Piemonte ou as costas da América do Norte. Foi nessas paragens que Deus velou pela Sua Igreja, protegendo-a e alimentando-a espiritualmente pela ação da Sua providência.⁹

Continuando a sua perseguição à mulher, “a serpente lançou da sua boca, atrás da mulher, água como

“VÓS TENDES VISTO O QUE FIZ AOS EGÍPCIOS, COMO VOS LEVEI SOBRE ASAS DE ÁGUIAS, E VOS TROUXE A MIM.”



um rio, para que pela corrente a fizesse arrebatado” (Apoc. 12:15). Vimos atrás que a “serpente” é um outro nome de Satanás (Apoc. 12:9). A “água como um rio” proveniente da boca da serpente simboliza as duas principais estratégias de Satanás para destruir a Igreja de Cristo durante os 1260 anos em que ela peregrinou no “deserto”. Essas estratégias foram o emprego de força persecutória e a disseminação de falsas doutrinas. De facto, as águas tumultuosas são frequentemente usadas no Antigo Testamento como símbolo dos inimigos ímpios que atacam o povo de Deus (Sal. 69:1 e 2; 124:2-5). Isaías profetizou que Deus traria “as águas do rio, fortes e impetuosas”, que inundariam Judá (Isa. 8:7 e 8). Jeremias descreve o Egito invasor como sendo uma “torrente transbordante” (Jer. 47:2; cf. 46:7 e 8). O autor dos *Hodayot de Qumran* usa a metáfora das “torrentes de Belial” para se referir aos ataques dos inimigos de Deus instigados por Satanás (1 QH 3:29, 32). Em Apocalipse 17:15, o símbolo das “águas” é interpretado como significando “povos e multidões e nações e línguas”. Assim, a “água como um rio” turbulento, lançada da boca da serpente, pode significar a perseguição à verdadeira Igreja de Cristo por parte de povos e nações, perseguição essa instigada por Satanás. De facto, durante os 1260 anos de supremacia papal, os povos europeus foram usados pela Igreja de Roma numa tentativa de destruir o verdadeiro povo de Deus. A História está cheia de relatos de terríveis perseguições aos Cristãos fiéis. Mas a “água como um rio” lançada pela boca da serpente também simboliza as tentativas de Satanás para destruir a Igreja através do engano e de falsas doutrinas. O facto de Satanás ser aqui referido como a “serpente” – e não como o “dragão” – é algo

destinado a recordar a persuasão enganadora da serpente no Éden (Gén. 3:1-5). Tal como a serpente enganou Eva, a primeira mulher (Gén. 3:1-5), também durante os 1260 anos ela procurou enganar o povo de Deus com “um rio” de falsos ensinamentos e de falsas doutrinas (II Cor. 11:3).¹⁰

João descreve em seguida o auxílio prestado pela terra à mulher no seu combate com o dragão: “E a terra ajudou a mulher; e a terra abriu a sua boca, e tragou o rio que o dragão lançara da sua boca” (Apoc. 12:16). Esta imagem também é retirada da experiência que o povo de Deus viveu durante o êxodo do Egito. No cântico que comemora a destruição do exército egípcio, Moisés descreve metaforicamente o modo como Deus fez com que a terra tragasse os perseguidores egípcios (Êxo. 15:12). Assim, da mesma forma que Deus protegeu o Seu povo da perseguição movida pelos Egípcios, Ele protegeu também a Sua Igreja das perseguições e dos enganos satânicos durante os 1260 anos de exílio no “deserto”. A “terra” surge como um instrumento de Deus para esse fim. Ela simboliza as áreas pouco povoadas do mundo, em contraste com as “águas”, que representam “povos e nações” (Apoc. 17:15). Foi nas áreas pouco povoadas, situadas na periferia da Europa densamente povoada, que os verdadeiros seguidores de Cristo se abrigaram da perseguição movida pela Igreja de Roma durante os 1260 anos de supremacia papal. A referência à “terra” pode ainda remeter para o continente norte-americano, esparsamente povoado, em que muitos membros do povo de Deus encontraram um abrigo seguro, mas também remeterá certamente para os países que aderiram à Reforma Protestante do século XVI e que, daí em diante, protegeram os autênticos discípulos de Cristo.¹¹

Vendo que não conseguia destruir a mulher (i. e., a Igreja de Cristo), o dragão decide “fazer guerra ao resto da sua semente” (Apoc. 12:17). Entramos aqui numa terceira fase da guerra que Satanás move contra a verdadeira Igreja de Deus. Até aqui foi-nos dado contemplar a história da Igreja de Cristo até 1798, data em que terminam os 1260 anos de perseguição e a estadia no deserto. Veremos num próximo artigo que o versículo de Apocalipse 12:17 nos dá indicações precisas sobre a identidade da Igreja de Deus a partir do termo dos 1260 anos, permitindo-nos identificar a verdadeira Igreja de Deus dos últimos dias da história da Terra. Por agora, vamos concluir este artigo com algumas linhas sobre a identidade histórica da “mulher”, desde o nascimento de Cristo até 1798.

Conclusão

Como vimos, a “mulher” é o símbolo da verdadeira Igreja de Deus dos tempos do Antigo e do Novo Testamentos, de onde procedeu o Messias. Tendo estabelecido esta identidade, podemos deduzir mais alguns traços identificadores da narração de Apocalipse 12. Assim, depois de o Messias ser arrebatado para o trono de Deus, Satanás começa a sua perseguição à Igreja, que se refugia no “deserto” sob o cuidado de Deus. É importante notar que a perseguição satânica dura 1260 anos, de 538 a 1798. Durante este período de tempo, a verdadeira Igreja de Cristo sobrevive escondida no “deserto” e é ajudada pela “terra”. Portanto, fica claro que a Igreja de Cristo entre 538 e 1798 não pode ser a Igreja Romana, que se apresenta ao mundo como a genuína Igreja cristã, pois a Igreja Romana não é uma Igreja perseguida durante o referido período de tempo. Na verdade, ela é a Igreja perseguidora. A verdadeira Igreja de

A “MULHER” DE APOCALIPSE 12 REPRESENTA O POVO DE DEUS DE TODOS OS TEMPOS.

Cristo entre 538 e 1798 é composta pelos diversos grupos de crentes dispersos que existiram durante esse período à margem do Cristianismo oficial. Desde a Igreja cristã celta da Irlanda e da Grã-Bretanha do século VI até aos Huguenotes franceses do século XVII, passando pelos Valdenses, pelos Lolardos ou pelos Hussitas da Idade Média, estes grupos de Cristãos preservaram a autêntica fé cristã face aos ataques de Satanás. Eles resistiram à propagação satânica de doutrinas errôneas e à constante perseguição. Espalhados pelos lugares inóspitos e periféricos da Europa e da América do Norte, eles foram a Igreja no “deserto” de 538 a 1798. Mas, chegou a verdadeira Igreja de Deus aos nossos dias? Podemos identificá-la? A resposta encontra-se no último versículo de Apocalipse 12. Este versículo apresenta-nos “o remanescente da semente” da mulher, isto é, o grupo de Cristãos envolvido num combate mortal com o dragão nos últimos dias da história da Terra. Quando determinarmos a identidade histórica do “remanescente da semente” da mulher, teremos identificado a verdadeira Igreja de Deus do tempo do fim, isto é, do período que medeia entre 1798 e a Segunda Vinda de Jesus. Essa é a tarefa que nos propomos realizar num segundo artigo. ♣

Paulo Lima

Redator da *Revista Adventista*.

1. Ranko Stefanovic, *Revelation of Jesus Christ – Commentary on the Book of Revelation*, Berrien Springs, MI: Andrews University Press, 2002, pp. 378-380; Francis D. Nichol (ed.),

- A Verse by Verse Commentary on Daniel and the Revelation (Sections of Volume IV and Volume VII of the Seventh-day Adventist Bible Commentary)*, Hagerstown, MD: Review and Herald, 1980, p. 807; Grant R. Osborne, *Revelation (Baker Exegetical Commentary on the New Testament)*, Grand Rapids, MI: Baker Academic, 2002, p. 456; Ben Witherington III, *Revelation (The New Cambridge Bible Commentary)*, Cambridge: Cambridge University Press, 2003, pp. 167 e 168; Edmondo F. Lupieri, *A Commentary on the Apocalypse of John*, Grand Rapids, MI: William B. Eerdmans, 2006, p. 189.
2. Uriah Smith, *The Prophecies of Daniel and the Revelation*, Hagerstown, MD: Review and Herald, 1972 (ed. rev. 1944), pp. 549 e 550; Herbert Kiesler, “Concordances, différences et interprétation des visions d’animaux dans Apocalypse 12, 13 (1-10) et 17”, in *Études sur l’Apocalypse – Signification des messages des trois anges aujourd’hui*, 2 vols, Collonges-sous-Salève: Institut Adventiste du Salève, 1988, vol. 1, p. 115; Ranko Stefanovic, *Op. cit.*, p. 381; Grant R. Osborne, *Op. cit.*, p. 457.
3. Jacques B. Doukhan, *Secrets of Revelation*, Hagerstown, MD: Review and Herald, 2002, pp. 108 e 109; Ranko Stefanovic, *Op. cit.*, pp. 379, 380 e 381; Francis D. Nichol (ed.), *Op. cit.*, pp. 807 e 808; Grant R. Osborne, *Op. cit.*, pp. 458-460; Herbert Kiesler, *Art. cit.*, p. 118.
4. Ranko Stefanovic, *Op. cit.*, p. 382; Francis D. Nichol (ed.), *Op. cit.*, p. 808; Grant R. Osborne, *Op. cit.*, p. 461; Ben Witherington III, *Op. cit.*, p. 168; Uriah Smith, *Op. cit.*, pp. 551-553.
5. David E. Aune, *Revelation 6-16 (Word Biblical Commentary, 52B)*, Nashville: Thomas Nelson, 1998, p. 688; Ranko Stefanovic, *Op. cit.*, pp. 382 e 383; Francis D. Nichol (ed.), *Op. cit.*, p. 808; Grant R. Osborne, *Op. cit.*, p. 463; Ben Witherington III, *Op. cit.*, p. 169; Uriah Smith, *Op. cit.*, p. 551.
6. Para a fundamentação teológica do princípio dia/ano veja-se William H. Shea, “Year-Day Principle – Part 1” e “Year-Day Principle – Part 2”, in *Selected Studies on Prophetic Interpretation (Daniel and Revelation Committee Series, vol. 1)*, Silver Spring, MD: Biblical Research Institute, 1992, pp. 67-104 e 105-110; Alberto Timm, “Miniature Symbolization and the Year-Day Principle of Prophetic Interpretation”, *Andrews University Seminary Studies*, 42(1), 2004, pp. 149-167.
7. Roy Allan Anderson, *Unveiling Daniel and Revelation*, Nampa, Ida.: Pacific Press, 2006, p. 293; Edmondo F. Lupieri, *Op. cit.*, p. 195; Ranko Stefanovic, *Op. cit.*, p. 384; Ben Witherington III, *Op. cit.*, pp. 169 e 170; Grant R. Osborne, *Op. cit.*, pp. 464 e 465; Francis D. Nichol (ed.), *Op. cit.*, pp. 808 e 809; Jacques B. Doukhan, *Op. cit.*, pp. 111 e 112; Para a determinação histórica do período dos 1260 anos veja-se Alberto R. Timm, “A Short Historical Background to A.D. 508 and 538 as Related to the Establishment of Papal Supremacy”, in Ron du Prez (ed.), *Prophetic Principles*, Lansing, MI: Michigan Conference of Seventh-day Adventists, 2007, pp. 219-229 e William H. Shea, “Time Prophecies of Daniel 12 and Revelation 12-13” in Frank B. Halbrook (ed.), *Symposium on Revelation – Book I (Daniel and Revelation Committee Series, vol. 6)*, Silver Spring, MD: Biblical Research Institute, 1992, pp. 342-350.
8. Ranko Stefanovic, *Op. cit.*, p. 393; Francis D. Nichol (ed.), *Op. cit.*, p. 812; Grant R. Osborne, *Op. cit.*, p. 482.
9. Ranko Stefanovic, *Op. cit.*, p. 393; David E. Aune, *Op. cit.*, pp. 705 e 706; Uriah Smith, *Op. cit.*, pp. 557 e 558; Ben Witherington III, *Op. cit.*, p. 171; Grant R. Osborne, *Op. cit.*, pp. 482 e 483; Francis D. Nichol (ed.), *Op. cit.*, p. 812.
10. Ranko Stefanovic, *Op. cit.*, pp. 393 e 394; David E. Aune, *Op. cit.*, p. 707; Francis D. Nichol (ed.), *Op. cit.*, p. 812; Uriah Smith, *Op. cit.*, p. 558; Roy Allan Anderson, *Op. cit.*, pp. 293 e 294.
11. Ranko Stefanovic, *Op. cit.*, p. 394; David E. Aune, *Op. cit.*, p. 707; Grant R. Osborne, *Op. cit.*, p. 484; Francis D. Nichol (ed.), *Op. cit.*, p. 812.



A verdadeira Igreja de Deus | PARTE II

O Remanescente de Apocalipse 12

Vimos no artigo anterior que a “mulher” de Apocalipse 12 representava a verdadeira Igreja de Cristo na Terra. Durante 1260 anos, de 538 a 1798 d.C., a Igreja de Cristo foi perseguida pelos instrumentos ao serviço de Satanás (o “dragão”). No decurso deste período de tempo, a verdadeira Igreja foi composta por vários grupos eclesiais que existiram à margem do Cristianismo oficial. Estes grupos foram os fiéis depositários da fé cristã, tendo resistido à perseguição que sobre eles se abateu. Assim, eles foram a Igreja “no deserto” até 1798. Mas significa isto que a verdadeira Igreja de Cristo não chegou aos nossos dias?

Na verdade, o texto de Apocalipse 12 não termina com a descrição da perseguição do “dragão” à “mulher”. O último versículo do referido capítulo de Apocalipse descreve um aceso conflito no tempo do fim entre o “dragão” e o “remanescente da semente” da “mulher”, dando a entender que este grupo “remanescente” de Cristãos constitui a verdadeira Igreja de Deus antes da Segunda Vinda de Cristo. É importante salientar que este remanescente da semente da mulher apresenta algumas

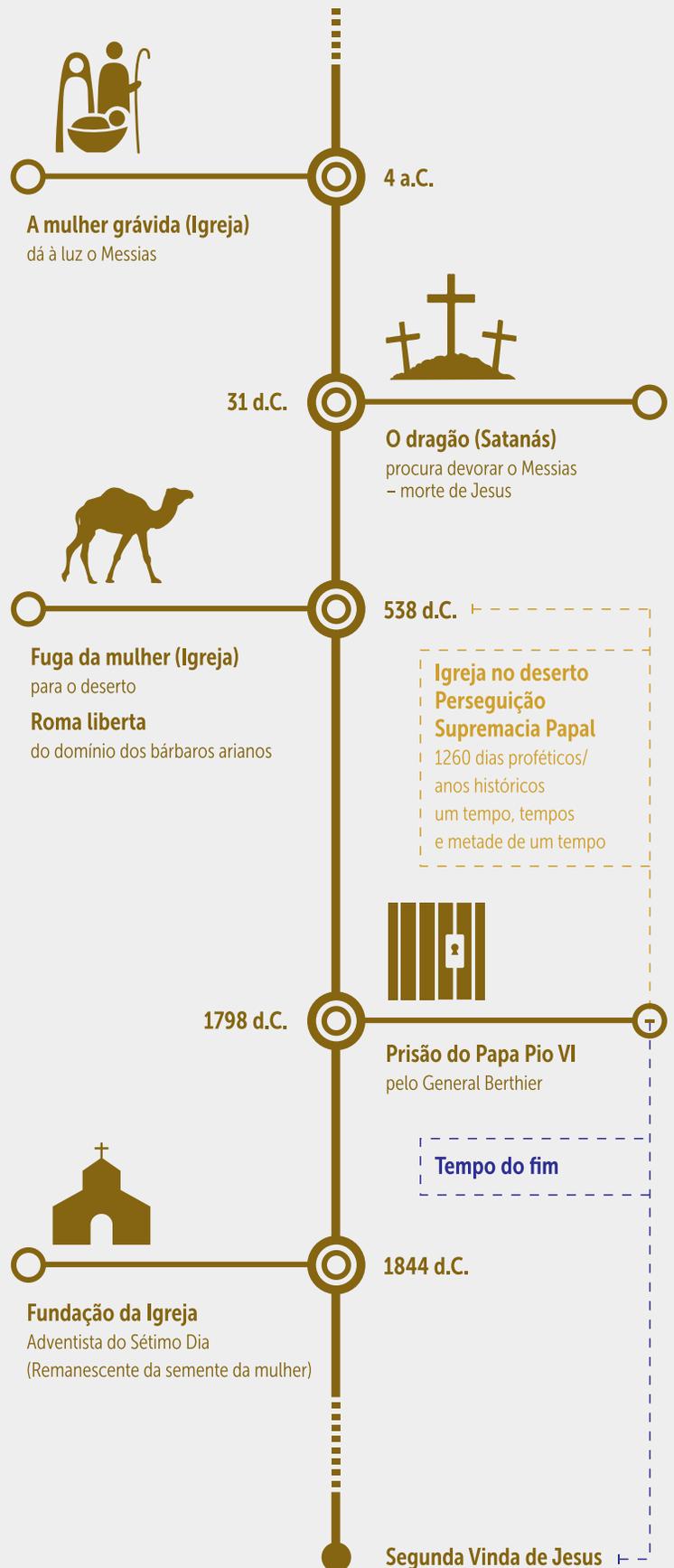


ESTE GRUPO “REMANESCENTE”
DE CRISTÃOS CONSTITUI A
VERDADEIRA IGREJA DE DEUS ANTES
DA SEGUNDA VINDA DE CRISTO.

características específicas que nos permitem identificá-lo historicamente. Isto é crucial para determinarmos qual é a autêntica Igreja de Cristo do tempo do fim, isto é, do período que medeia entre 1798 e a Segunda Vinda de Jesus. Assim, no presente artigo iremos interpretar a fundo o versículo 17 do capítulo 12 de Apocalipse, segundo o qual “o dragão irou-se contra a mulher e foi fazer guerra ao remanescente da sua semente, os que guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus Cristo”. Depois de interpretarmos este versículo, estaremos em condições de descobrir a identidade da verdadeira Igreja Cristã do nosso tempo.

A estrutura cronológica de Apocalipse 12

Para podermos identificar historicamente o remanescente da semente da mulher, devemos primeiro definir com exatidão a estrutura cronológica da visão de Apocalipse 12. Para o fazermos, vamos apoiar-nos na interpretação dos símbolos do capítulo 12 de Apocalipse, que realizámos num artigo anterior. Nos versículos 1 a 5, a “mulher” (a Igreja) dá à luz o “filho varão” (o Messias), que o “dragão” (Satanás) procura devorar. Estamos aqui no período de transição da Igreja da Antiga Aliança para a Igreja da Nova Aliança. De facto, o nascimento e o arrebatamento do Messias (o “filho varão” da “mulher”) para o trono de Deus indicam que nos encontramos cronologicamente no século I da era cristã, pois foi nesse século que Jesus, o Messias, nasceu, viveu e ascendeu ao Céu. Os versículos 6 e 13-16 relatam, em seguida, que, tendo falhado em destruir o Messias, Satanás persegue a Igreja no “deserto” durante 1260 anos. Efetivamente, vimos no nosso artigo anterior



que, se aplicarmos o princípio dia/ano de interpretação profética, descobrimos que o período de “1260 dias” (Apoc. 12:6) e o período de “um tempo, tempos e metade de um tempo” (Apoc. 12:14) representam simbolicamente 1260 anos históricos.¹ Tal como mostrámos no artigo anterior, estes 1260 anos começaram em 538 d.C. e terminaram em 1798 d.C., sendo este o período de supremacia papal, durante o qual muitos membros do povo de Deus foram oprimidos e perseguidos.

Assim, podemos concluir que é apenas depois de 1798 que Satanás combate contra o remanescente da semente da mulher. De facto, na cena descrita no versículo 17 fica claro que nos encontramos historicamente no período posterior ao termo dos 1260 anos. Deste modo, podemos concluir que a guerra que Satanás (o “dragão”) move contra o remanescente da semente da mulher acontece na fase final da história do mundo, isto é, no tempo do fim, tendo começado no século XIX e decorrendo até à Segunda Vinda de Cristo. Note-se que, no versículo 17, o foco já não está colocado sobre a Igreja invisível, que foi perseguida por Satanás durante os 1260 anos. É agora dado destaque a um grupo particular – o “remanescente da sua semente” – que surge como a Igreja visível do tempo do fim. A Igreja invisível – a “mulher” – não deixa de existir no fim dos 1260 anos. De facto, há ainda muitos verdadeiros crentes, membros do verdadeiro povo de Deus, espalhados pelas Igrejas da Cristandade. Mas o foco é colocado a partir do tempo do fim (isto é, após 1798) sobre um grupo de crentes que constitui a verdadeira e visível Igreja de Cristo. Podemos, assim, concluir que a Igreja remanescente, menciona-

da em Apocalipse 12:17, deveria surgir na cena religiosa mundial após 1798, pois a guerra que lhe é movida por Satanás começa após o termo dos 1260 anos de perseguição à “mulher” e os 1260 anos terminaram em 1798.²

O remanescente da semente da mulher

O Antigo Testamento utiliza várias palavras hebraicas para comunicar aos leitores o conceito de “remanescente”. Muitas destas palavras colocam o conceito de “remanescente” num determinado enquadramento teológico, concebendo-se o remanescente como o núcleo sobrevivente do verdadeiro povo de Deus que, graças à proteção divina, consegue vencer todas as ameaças e adver-

sidades históricas (Isa. 10:20-22; Jer. 23:3; 31:7; Miq. 2:12; Sof. 3:13). Assim, o tema do remanescente é uma parte essencial da escatologia do Antigo Testamento. João utiliza a palavra grega *loipos* oito vezes no livro de Apocalipse (2:24; 3:2; 8:13; 9:20; 11:13; 12:17; 19:21; 20:5) para se referir ao “remanescente”. Nestas passagens, percebemos que o “remanescente” pode ter um sentido positivo ou negativo, sendo fiel ou infiel ao Deus Criador. No entanto, é precisamente no versículo 17 de Apocalipse 12 que o conceito de “remanescente” – *loipos* – surge com o mesmo sentido que possui nas passagens proféticas e escatológicas do Antigo Testamento. De facto, este texto é crucial, pois aqui o remanescente



não está limitado a um espaço e a um período de tempo localizado (como em Apoc. 3:2; 2:24), mas apresenta-se como o remanescente da verdadeira Igreja na sua universalidade espacial e temporal.³

Devemos também notar que a expressão “remanescente da sua semente” utilizada em Apocalipse 12:17 remete o leitor para a passagem de Génesis 3:15, em que Deus Se dirige à serpente (isto é, a Satanás) e lhe diz: “E porei inimizade entre ti e a mulher, e entre a tua semente e a sua semente: esta te ferirá a cabeça e tu lhe ferirás o calcanhar.” De facto, no texto hebraico de Génesis 3:15, a palavra *zar’âh* (“a sua semente”) é traduzida na *Septuaginta* – a antiga tradução grega do Antigo Testamento – pela frase grega *tou spermatos autês* (“a sua semente”), expressão que é idêntica à que é usada por João em Apocalipse 12:17. Assim, percebemos que existe uma ligação entre o uso simbólico da “semente da mulher” em Apocalipse 12 e o uso simbólico da “semente da mulher” em Génesis 3:15. Ora, nesta passagem de Génesis o termo *zera’* (“semente”) é usado como um substantivo coletivo e como um substantivo singular. Num sentido coletivo, *zera’* denota os crentes justos de todos os tempos que descenderiam da primeira mulher. Num sentido singular, *zera’* denota o Messias salvador descendente da primeira mulher, isto é, Jesus Cristo, que viria esmagar a cabeça da serpente. O uso que João, em Apocalipse 12:17, faz do conceito da “semente da mulher” remete precisamente para o sentido coletivo já presente em Génesis 3:15. Assim, o “remanescente da semente” da “mulher” em Apocalipse 12:17 – representando a “mulher” a Igreja invisível de todos os tempos – é, no tempo do fim, o grupo dos sobreviventes do conjunto dos crentes justos de

todos os tempos que descendem de Eva, a primeira mulher.⁴

Também é importante sublinhar que a descendência da mulher é mencionada apenas duas vezes no capítulo 12 do livro de João. Na primeira vez, trata-se do “filho varão” (Apoc. 12:5), que podemos identificar como sendo o Messias. Na segunda vez, trata-se do “remanescente da semente” da mulher (Apoc. 12:17). Em ambos os casos, a descendência da mulher é claramente identificada, o que permite concluir que a referência ao “remanescente da semente” da mulher é uma referência a um grupo visível de Cristãos. Assim, resta-nos identificar este grupo eclesial. Para esse efeito são-nos dadas por João duas marcas identificadoras que caracterizam o “remanescente” do tempo do fim: Eles “guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus” (Apoc. 12:17). Vamos ver com algum detalhe estas características, para depois procurarmos identificar historicamente a Igreja que é representada pelo “remanescente” de Apocalipse 12:17.⁵

O remanescente e os mandamentos de Deus

O remanescente da semente da mulher é constituído, primeiramente, por aqueles que “guardam os mandamentos de Deus”. A palavra grega *entolê* pode ser traduzida de várias formas: “mandamento”, “ordem”, “lei”. No Novo Testamento, ela pode designar um único mandamento ou referir-se à Lei de Deus na sua totalidade. Ela é sobretudo usada para designar os mandamentos divinos. Em vários textos do Novo Testamento, *entolê* refere-se claramente aos Dez Mandamentos (e. g., Mat. 15:3, 6; 19:17; Mar. 10:19; Rom. 7:8-13). Em Apocalipse, *entolê* é usado duas vezes (12:17; 14:12). Pode-

DUAS MARCAS IDENTIFICADORAS QUE CARACTERIZAM O “REMANESCENTE” DO TEMPO DO FIM: ELES “GUARDAM OS MANDAMENTOS DE DEUS E TÊM O TESTEMUNHO DE JESUS” (APOC. 12:17).

mos interrogar-nos: Que “mandamentos de Deus” tinha João em mente em Apocalipse 12:17 (e em Apoc. 14:12)? Estes “mandamentos de Deus” (*tas entolas tou Theou*) devem, pelo menos, incluir os Dez Mandamentos. De facto, certos textos no Novo Testamento (como Mat. 15:3 e 4; Mar. 7:9 e 10; Mat. 19:7-10; Rom. 13:9) revelam claramente que os escritores neotestamentários tinham em alta consideração os Dez Mandamentos e usavam a expressão “mandamentos de Deus” para se referirem a eles. Tiago considera os mandamentos do Decálogo como sendo a “lei” de Deus (Tia. 2:10-12). Ora, os substantivos “mandamento” e “lei” são ambos usados nas Sagradas Escrituras para referir o Decálogo (cf. Êxodo 24:12). Portanto, é razoável crer que João teria, pelo menos, em mente o Decálogo, quando usou a expressão “mandamentos de Deus” em Apocalipse 12:17 e 14:12.⁶

Na verdade, podemos apresentar dois argumentos para mostrar que João tinha efetivamente em mente os Dez Mandamentos ao referir-se aos “mandamentos de Deus” em Apocalipse 12:17. O primeiro argumento está fundado no significado da estruturação contextual de Apocalipse 12:17. De facto,

“O TESTEMUNHO DE JESUS” REFERE-SE NECESSARIAMENTE AOS ENSINOS DE JESUS REGISTRADOS NO NOVO TESTAMENTO, E COMUNICADOS ATRAVÉS DE APÓSTOLOS COMO PEDRO, PAULO E JOÃO.

este texto está incluído no contexto dos capítulos 12-14 do livro de João. Esta secção tem como introdução a visão celestial de Apocalipse 11:15-19 e tem como conclusão a visão celestial de Apocalipse 15:1-8. Estas duas visões estão relacionadas com o templo celestial. A primeira visão faz referência à “arca da aliança” que está localizada no Lugar Santíssimo (Apoc. 11:19). Ora, um leitor do século I não deixaria de associar a Arca da Aliança com os Dez Mandamentos, pois, no Antigo Testamento, ambas as realidades estavam associadas (cf. Êxodo 25:16, 21; 30:6; Deut. 10:1-5; I Reis 8:9; II Cró. 5:10). A segunda visão tem por tema “o templo do tabernáculo do testemunho no céu” (Apoc. 15:5). Os termos “tabernáculo do testemunho” ou “tenda do testemunho” são usados no Antigo Testamento para denotar o santuário onde estão depositadas as tábuas dos Dez Mandamentos. No Antigo Testamento, o termo “testemunho” refere-se ao Decálogo, isto é, à Lei da Aliança (e. g., Êxodo 25:16; 31:18). Assim sendo, o “testemunho” mencionado em Apocalipse 15:5 não é senão a Lei de Deus, isto é, os Dez Mandamentos. O facto de Apocalipse 11:9 e 15:5 remetere para o Decálogo é importante, porque ambos os textos formam uma inclusão à volta dos capítulos

12-14, tendo em vista levar o leitor a fixar a sua atenção na Arca da Aliança que contém os Dez Mandamentos e que estava situada no Lugar Santíssimo do templo celeste. Portanto, a própria organização estrutural da secção de Apocalipse constituída pelos capítulos 12-14 aponta para o facto de que os Dez Mandamentos serão um tema central no drama escatológico que se desenrola nessa secção do livro de João. Assim, devido à referência feita à “arca da aliança”, em Apocalipse 11:19, e ao “tabernáculo do testemunho”, em Apocalipse 15:5, podemos concluir que a expressão “os mandamentos de Deus”, em Apocalipse 12:17; 14:12, refere-se ao Decálogo, isto é, aos Dez Mandamentos da Lei de Deus. O segundo argumento que mostra que João tinha efetivamente em mente os Dez Mandamentos, em Apocalipse 12:17, tem a ver com as diversas alusões ao Decálogo espalhadas por todo o Apocalipse. De facto, em muitas passagens João deixa claro que está a avaliar o comportamento dos personagens do seu livro a partir do critério normativo do Decálogo. Apontamos apenas um exemplo. Em Apocalipse 9:20 e 21 João afirma que, apesar dos flagelos enviados por Deus para os alertar, os habitantes da Terra não se arrependem de adorar os seus ídolos, nem se arrependem dos seus homicídios. Ora, é evidente que o profeta estava nesta passagem a usar como medida de aferição moral os mandamentos do Decálogo contra a idolatria (Êxodo 20:4-6) e contra o homicídio (Êxodo 20:13). Além deste exemplo, outros poderiam ser dados que mostram que João, ao escrever o livro de Apocalipse, considerava como normativos os mandamentos do Decálogo. Assim, podemos ter a certeza de que ele estava a pensar nesses mandamentos quando se refere

aos “mandamentos de Deus”, em Apocalipse 12:17; 14:12.⁷

Portanto, podemos concluir que a primeira característica identificadora do remanescente é a sua lealdade aos mandamentos de Deus enunciados no Decálogo. Os Cristãos que integram o remanescente demonstram assim o seu amor e a sua lealdade para com o Criador. No período da Igreja cristã primitiva os Cristãos observavam fielmente os Dez Mandamentos de Deus (Êxodo 20:1-17), nomeadamente o quarto mandamento, que ordena a observância do Sábado como dia de repouso e de santificação. Só a partir do século II é que se iniciou paulatinamente a observância do domingo em lugar do Sábado.⁸ Portanto, dado que todos os primeiros Cristãos observavam o Sábado, a obediência ao quarto mandamento da Lei de Deus não seria um sinal distintivo na sua época. No entanto, presentemente, a esmagadora maioria dos Cristãos observa o domingo, pelo que a observância do Sábado tornou-se efetivamente num sinal distintivo. Assim, em Apocalipse 12:17, João está a referir-se a um tempo no futuro – após 1798 – em que os verdadeiros crentes cristãos serão facilmente reconhecidos porque observam todos os mandamentos do Decálogo, ao contrário do restante mundo cristão. Os “mandamentos de Deus” são uma marca distintiva da verdadeira Igreja de Cristo no tempo do fim, porque ela observa o Decálogo na sua totalidade, incluindo o mandamento sobre a guarda do Sábado.⁹

O remanescente e o testemunho de Jesus

O remanescente apresenta também como característica o facto de que tem “o testemunho de Jesus”. A expressão “o testemunho de Jesus” (*tên marturian Iêsou*) ocorre



seis vezes em Apocalipse (1:2, 9; 12:17; 19:10 [2x]; 20:4). Ela deve ser compreendida como um genitivo subjetivo, ou seja, trata-se do testemunho que Jesus deu pessoalmente enquanto esteve entre nós e, depois, que comunicou por intermédio do Espírito Santo aos profetas da Igreja cristã. O “testemunho de Jesus” seria, assim, a auto-revelação de Jesus comunicada pelo Espírito Santo através dos profetas cristãos. Temos alguns argumentos que fundamentam esta interpretação.

Primeiro, consideremos o uso que João faz do termo *marturia* (“testemunho”) no seu Evangelho e nas suas Epístolas. *Martu-*

ria é usada aí 21 vezes, sendo em 14 delas empregue a construção genitiva. Em todas as vezes que é usada *marturia* na forma genitiva trata-se sempre de um genitivo subjetivo. Para expressar o genitivo objetivo – “testemunhar sobre” – João emprega sempre a proposição auxiliar *peri* (“acerca de”, “sobre”) com o verbo *martureô* (“testemunhar”). Portanto, é natural que João tenha feito um uso semelhante de *marturia* em Apocalipse, isto é, que tenha aí usado *marturia* sempre sob a forma de um genitivo subjetivo.¹⁰

Segundo, em Apocalipse 1:2, 9; 12:17; e 20:4, a expressão “testemunho de Jesus” é sempre acom-

panhada da expressão “a Palavra de Deus” ou da expressão “os mandamentos de Deus”. Em todos os textos referidos, o genitivo *tou theou* (“de Deus”) é um genitivo subjetivo. “A Palavra de Deus” é o que Deus disse. “Os mandamentos de Deus” são o que Deus ordenou. Portanto, também na expressão correlata “o testemunho de Jesus”, o genitivo “de Jesus” deve ser um genitivo subjetivo, ou seja, “o testemunho de Jesus” é o que Jesus testemunha. Na verdade, a existência deste paralelismo entre “A Palavra de Deus” ou “os mandamentos de Deus”, por um lado, e “o testemunho de Jesus”, por outro lado, é crucial, pois permite-nos



perceber que tal como “a Palavra de Deus” no tempo de João era uma referência ao Antigo Testamento, também “o testemunho de Jesus” refere-se necessariamente aos ensinamentos de Jesus registrados no Novo Testamento, e comunicados através de apóstolos como Pedro, Paulo e João.¹¹

Terceiro, João escreveu em Apocalipse 19:10 que “o testemunho de Jesus é o espírito de profecia”. O que significa a expressão “espírito de profecia”? Se compararmos Apocalipse 19:10 com Apocalipse 22:8 e 9, chegamos necessariamente à conclusão de que aqueles que têm o espírito de profecia são profetas. De facto, a referida comparação mostra-nos que o “espírito de profecia” de Apocalipse 19:10 não é possuído por todos os crentes cristãos, mas apenas por aqueles entre eles que foram chamados por Deus para serem profetas. Portanto, o “espírito de profecia” é o Espírito Santo que move os profetas de Deus na sua atividade profética (cf. II Ped. 1:21). Os leitores

judeo-cristãos do tempo de João sabiam muito bem o que a expressão “espírito de profecia” significava. Eles interpretá-la-iam como uma referência ao Espírito Santo na Sua atividade de comunicar o dom de profecia aos seres humanos por Ele escolhidos. De facto, o judaísmo rabínico considerava equivalentes as designações “Espírito Santo”, “Espírito de Deus”, “Espírito de Iahweh” e “Espírito de profecia”. Podemos constatá-lo graças ao uso corrente que os *Targumim* – as traduções tradicionais em aramaico que remontam aos primeiros séculos da nossa era – fazem da expressão “espírito de profecia”. Por exemplo, ao traduzir Gênesis 41:38, o *Targum de Onqelos* afirma: “Assim disse o Faraó aos seus servos: Poderemos encontrar um outro homem como este, no qual há o espírito de profecia vindo do Senhor?” O texto hebraico original diz: “E disse Faraó aos seus servos: Acharemos um varão como este, em quem haja o Espírito de Deus?” (Gén. 41:38.) Assim, nos

Targumim, escritos em aramaico, o termo “espírito de profecia” refere-se simplesmente ao Espírito Santo, mas, em vários casos, refere-se especificamente ao dom de profecia comunicado pelo Espírito Santo, como o mostra o contexto do texto hebraico original.¹²

Portanto, podemos concluir que, de acordo com Apocalipse 12:17, a segunda característica distintiva do remanescente é a posse do “testemunho de Jesus” que é o “espírito de profecia”, isto é, o dom profético. Assim, o dom profético deve estar necessariamente presente entre o grupo eclesial de crentes cristãos que constitui o remanescente do tempo do fim.

Conclusão

Tendo interpretado exegeticamente o texto de Apocalipse 12:17 sobre o remanescente da semente da mulher, resta-nos determinar historicamente a sua identidade. Para esse efeito, devemos ter em consideração os três critérios

tificadores. Primeiro, a Igreja a identificar como sendo o remanescente deve ter surgido após o termo dos 1260 anos da supremacia papal, isto é, após 1798. Assim, a Igreja do remanescente deve estar ativa no tempo do fim, isto é, após 1798 e até à Segunda Vinda de Jesus. Segundo, a Igreja do remanescente guarda todos os mandamentos de Deus condensados no Decálogo, incluindo o quarto mandamento, isto é, o mandamento do Sábado. Terceiro, a Igreja do remanescente tem o testemunho de Jesus, que é o espírito de profecia. Portanto, ela tem no seu seio a manifestação do dom profético concedido pelo Espírito Santo. Podemos agora perguntar: entre todas as Igrejas existentes presentemente, qual é a Igreja cristã que apresenta estas três características? Qual delas é a verdadeira Igreja de Deus no tempo do fim, a Igreja Remanescente?

A resposta a estas perguntas é simples e objetiva. A Igreja Remanescente é a Igreja Adventista do Sétimo Dia. Ela foi fundada em 1844 e organizada em 1863. Ela proclama a necessidade de o Cristão obedecer aos Dez Mandamentos, incluindo o mandamento sobre o Sábado. Ela possui no seu seio o testemunho de Jesus, isto é, o espírito de profecia manifestado na vida, na obra e nos escritos de Ellen G. White (1827-1915), uma das suas fundadoras. Nenhuma outra Igreja em toda a Cristandade possui simultaneamente as três características do remanescente de Apocalipse 12:17. Portanto, nenhuma outra Igreja tem uma base escriturística válida para pretender ser a Igreja Remanescente descrita por João em Apocalipse.

Podemos também concluir que a vinda à existência da Igreja Adventista do Sétimo Dia foi profeticamente prevista por João em

Apocalipse. Ela é uma Igreja ordenada por Deus. Deus chamou-a à existência no tempo do fim para proclamar a última mensagem de advertência ao mundo antes da Segunda Vinda de Jesus. Assim, os Adventistas creem que é sua missão apelar a todos os verdadeiros Cristãos atualmente presentes em todas as outras Igrejas cristãs para que se juntem à Igreja Adventista do Sétimo Dia, que está a preparar a Humanidade para o glorioso regresso de Cristo. ✨

Paulo Lima

Redator da *Revista Adventista*.

1. Para a fundamentação teológica do princípio dia/ano veja-se William H. Shea, "Year-Day Principle – Part 1" e "Year-Day Principle – Part 2", in *Selected Studies on Prophetic Interpretation (Daniel and Revelation Committee Series, vol. 1)*, Silver Spring, MD: Biblical Research Institute, 1992, pp. 67-104 e 105-110; Alberto Timm, "Miniature Symbolization and the Year-Day Principle of Prophetic Interpretation", *Andrews University Seminary Studies*, 42(1), 2004, pp. 149-167.
2. Ekkehardt Mueller, "The End Time Remnant in Revelation", *Journal of the Adventist Theological Society*, 11(1-2), 2000, pp. 196 e 197; Gerhard Pfandl, "The Remnant Church", *Journal of the Adventist Theological Society*, 8(1-2), 1997, pp. 219 e 220.
3. Gerhard Pfandl, "The Remnant Church and the Spirit of Prophecy", in Frank B. Holbrook (ed.), *Symposium on Revelation – Book II (Daniel and Revelation Committee Series, vol. 7)*, Silver Spring, MD: Biblical Research Institute, 1992, pp. 297 e 298; Ekkehardt Mueller, "The End Time Remnant in Revelation", pp. 188 e 189. Para uma análise do conceito de "remanescente" no Antigo Testamento veja-se Francis D. Nichol (ed.), *A Verse by Verse Commentary on Daniel and the Revelation* (Sections of Volume IV and Volume VII of the Seventh-Day Adventist Bible Commentary), Hagerstown, MD: Review and Herald, 1980, pp. 813 e 814.
4. Gerhard Pfandl, "The Remnant Church and the Spirit of Prophecy", pp. 298-300. David E. Aune, *Revelation 6-16 (Word Biblical Commentary, 52B)*, Nashville: Thomas Nelson, 1998, p. 708, também vê uma forte ligação entre Gênesis 3:15 e Apocalipse 12:17; Ranko Stefanovic, *Revelation of Jesus Christ – Commentary on the Book of Revelation*, Berrien Springs, Mich.: Andrews University Press, 2002, pp. 394 e 395 e Grant R. Osborne, *Revelation (Baker Exegetical Commentary on the New Testament)*, Grand Rapids, MI: Baker Academic, 2002, p. 485, também veem essa ligação.
5. Gerhard Pfandl, "The Remnant Church", p. 220.
6. Gerhard Pfandl, "Identifying Marks of the End-Time Remnant in the Book of Revelation", p. 140; Johannes Kovar, "The Remnant and God's Commandments: Revelation 12:17", in Ángel Manuel Rodríguez (ed.), *Toward a Theology of the Remnant*, Silver Spring, MD: Biblical Research Institute, 2009, pp. 113-116. David E. Aune, *Revelation 6-16*, pp. 710-712, considera que em Apoca-

A SEGUNDA CARACTERÍSTICA DISTINTIVA DO REMANESCENTE É A POSSE DO "TESTEMUNHO DE JESUS" QUE É O "ESPÍRITO DE PROFECIA", ISTO É, O DOM PROFÉTICO.

lipse 12:17 e 14:12 João tinha efetivamente o Decálogo em mente, mas apenas a sua segunda tábu, isto é, os mandamentos que regem a interação com o próximo. No entanto, parece-nos que ele não apresenta razões suficientemente fortes para excluir a possibilidade de João estar também a referir-se aos mandamentos da primeira tábu, que regem a interação com Deus.

7. Johannes Kovar, "The Remnant and God's Commandments: Revelation 12:17", pp. 117-124.

8. Sobre a transição da observância do Sábado para a observância do domingo na Igreja dos primeiros séculos, veja-se Samuele Bacchiocchi, *From Sabbath to Sunday, Roma: The Pontifical Gregorian University Press*, 1977. Para a fundamentação neotestamentária da observância do Sábado na Igreja Apostólica, veja-se Samuele Bacchiocchi, *The Sabbath in the New Testament*, Berrien Springs: Biblical Perspectives, 1990.

9. Gerhard Pfandl, "The Remnant Church", p. 220. Gerhard Pfandl, "The Remnant Church and the Spirit of Prophecy", p. 303. Gerhard Pfandl, "Identifying Marks of the End-Time Remnant in the Book of Revelation", p. 141. Ekkehardt Mueller, "The End Time Remnant in Revelation", p. 200. Richard Lehmann, "The Remnant in the Book of Revelation", in Ángel Manuel Rodríguez (ed.), *Toward a Theology of the Remnant*, Silver Spring, MD: Biblical Research Institute, 2009, pp. 100-102. Francis D. Nichol (ed.), *A Verse by Verse Commentary on Daniel and the Revelation*, p. 812. Uriah Smith, *The Prophecies of Daniel and the Revelation*, Hagerstown, MD: Review and Herald, 1972 (rev. ed., 1944), p. 559.

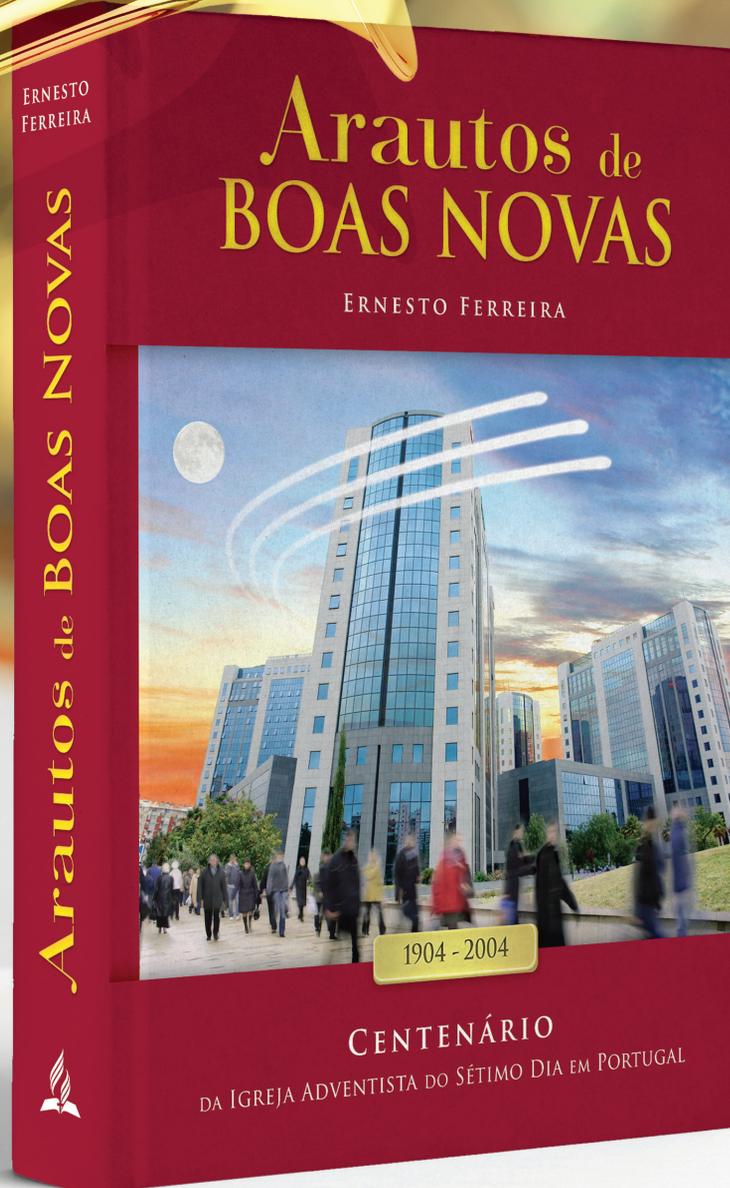
10. Gerhard Pfandl, "Identifying Marks of the End-Time Remnant in the Book of Revelation", pp. 143 e 144; Gerhard Pfandl, "The Remnant Church and the Spirit of Prophecy", pp. 305 e 306; Gerhard Pfandl, "The Remnant Church", pp. 220 e 221.

11. Gerhard Pfandl, "Identifying Marks of the End-Time Remnant in the Book of Revelation", p. 144; Gerhard Pfandl, "The Remnant Church and the Spirit of Prophecy", pp. 307-322; Gerhard Pfandl, "The Remnant Church", pp. 221 e 222.

12. Gerhard Pfandl, "Identifying Marks of the End-Time Remnant in the Book of Revelation", pp. 144-148; Gerhard Pfandl, "The Remnant Church and the Spirit of Prophecy", pp. 315-320; Gerhard Pfandl, "The Remnant Church", pp. 221-224; Ekkehardt Mueller, "The End Time Remnant in Revelation", p. 200; Richard Lehmann, "The Remnant in the Book of Revelation", pp. 100-102; Jean Zurcher, "Le témoignage de Jesus est l'esprit de la prophétie", in AA. VV., *Études sur l'Apocalypse – Signification des messages des trois anges aujourd'hui*, 2 vols, Collonges-sous-Salève: Institut Adventist du Salève, 1988, vol. 1, pp. 242-244; Francis D. Nichol (ed.), *A Verse by Verse Commentary on Daniel and the Revelation*, p. 812; Ranko Stefanovic, *Revelation of Jesus Christ*, pp. 392 e 393.



*Conheça
a história
centenária
da Igreja
Adventista
em Portugal*



LIVRARIA DA SUA IGREJA | 21 962 62 00 | WWW.PUBLICADORA-SERVIR.PT

Acompanhe esta e outras novidades através das redes sociais  facebook.com/PSerVir  twitter.com/PSerVir